



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
LICENCIATURA EM HISTÓRIA

PAULO HENRIQUE MALHEIROS DE CASTRO

VOZES DE RESISTÊNCIA NA ORIGEM DO SINDICADO DOS SERVIDORES
PÚBLICOS MUNICIPAIS DE GUANAMBI E REGIÃO EM 1990

CAETITÉ

2024

PAULO HENRIQUE MALHEIROS DE CASTRO

VOZES DE RESISTÊNCIA NA ORIGEM DO SINDICADO DOS SERVIDORES
PÚBLICOS MUNICIPAIS DE GUANAMBI E REGIÃO EM 1990

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em História, da Universidade do Estado da Bahia- Campus VI, como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Genilson Ferreira da Silva

CAETITÉ

2024

PAULO HENRIQUE MALHEIROS DE CASTRO

VOZES DE RESISTÊNCIA NA ORIGEM DO SINDICADO DOS SERVIDORES
PÚBLICOS MUNICIPAIS DE GUANAMBI E REGIÃO EM 1990

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em História, da Universidade do Estado da Bahia- Campus VI, como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciado em História.

Caetité, 09 de julho de 2024

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Genilson Ferreira da Silva
Universidade Estadual da Bahia- Campus VI

Prof. Dr. Wilson da Silva Santos
Universidade Estadual da Bahia- Campus VI

Prof.^a Dr.^a Daniela Moura Rocha de Souza
Instituto Federal Baiano- Campus Itapetinga

Dedico este trabalho à minha família, em especial a minha namorada, pelo amor incondicional, apoio e compreensão durante toda a minha trajetória acadêmica. Aos meus amigos e colegas de curso, pela colaboração, troca de experiências e momentos compartilhados. A meu orientador, pelo incentivo, orientação e paciência ao longo deste processo. Agradeço também à Universidade do Estado da Bahia, Campus VI, por proporcionar o ambiente propício ao aprendizado e crescimento pessoal. Este trabalho é dedicado a todos que de alguma forma contribuíram para a minha formação.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, expresso minha profunda gratidão a Deus, cuja força e bênçãos foram a base fundamental para a realização deste trabalho. Sua presença constante em minha vida tem sido uma fonte inesgotável de inspiração, conforto e direção, guiando-me através de cada desafio e dando-me força para perseverar.

Gostaria também de expressar minha sincera gratidão a todas as pessoas e instituições que contribuíram de maneira significativa para este projeto. Ao meu orientador, Genilson Ferreira da Silva, expresso meu profundo agradecimento pela orientação sábia, apoio incansável e valiosas contribuições ao longo deste processo. Seu conhecimento e orientação foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho.

À minha família, meu eterno agradecimento pelo amor incondicional, encorajamento constante e apoio emocional durante toda a minha jornada acadêmica. Agradeço também aos meus amigos e colegas de curso, pela colaboração, troca de ideias e momentos de descontração que compartilhamos ao longo desses anos.

À minha namorada Larissa Pereira Mascarenhas, meu amor e gratidão por seu apoio incondicional, compreensão e incentivo ao longo deste caminho. Sua presença foi uma fonte constante de inspiração e força para mim.

Ao Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Guanambi e Região - SISPUMUR, minha sincera gratidão por me proporcionar acesso a todas as fontes necessárias, além de me incentivar e apoiar nesse trabalho. À Universidade Estadual da Bahia, Campus VI, pelos recursos disponibilizados, pela qualidade do ensino oferecido e pelo ambiente propício ao aprendizado e crescimento pessoal.

A todos vocês, meu sincero obrigado.

RESUMO

Este trabalho analisa a fundação do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Guanambi e Região - SISPUMUR em 1990 e seu impacto nos trabalhadores municipais. O objetivo é documentar as dificuldades enfrentadas antes da criação do sindicato em um período em que o neoliberalismo estava em proeminência, relaciona-se a temática com a História Política e a História do Tempo Presente, além de observar que essa criação foi dificultada pelo aspecto coronelista da política municipal em relação as questões trabalhistas. O método utilizado incluiu a análise de documentos primários nunca antes tocados por um pesquisador, conta também com um estudo bibliográfico sobre a temática, além disso é feito a análise do Documentário 30 anos de SISPUMUR part. 01 de 2022 que aborda sobre essa criação. Os resultados mostram que, antes do SISPUMUR, os servidores enfrentavam baixos salários, condições de trabalho precárias e falta de representação. A fundação do sindicato, liderada por figuras como Marinalva Nunes Fernandes, enfrentou resistência, mas trouxe melhorias significativas, como melhores condições de trabalho e aumentos salariais. As conclusões destacam que a criação do SISPUMUR foi essencial para transformar a realidade dos trabalhadores municipais, exemplificando a importância da organização coletiva na promoção de mudanças sociais e trabalhistas, resultando em maior justiça e dignidade para os servidores.

Palavras-chave: Nova História Política; Neoliberalismo; Sindicato.

ABSTRACT

This work analyzes the foundation of the Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Guanambi e Região (SISPUMUR) in 1990 and its impact on municipal workers. The objective is to document the difficulties faced before the creation of the union during a period when neoliberalism was prominent, relating the theme to Political History and the History of the Present Time. It also observes that this creation was hindered by the coronelista aspect of municipal politics regarding labor issues. The method used included the analysis of primary documents never before examined by a researcher, a bibliographic study on the subject, and the analysis of the documentary "30 Years of SISPUMUR Part. 01" from 2022, which addresses this creation. The results show that before SISPUMUR, workers faced low wages, precarious working conditions, and lack of representation. The foundation of the union, led by figures such as Marinalva Nunes Fernandes, faced resistance but brought significant improvements, such as better working conditions and salary increases. The conclusions highlight that the creation of SISPUMUR was essential to transform the reality of municipal workers, exemplifying the importance of collective organization in promoting social and labor changes, resulting in greater justice and dignity for the workers.

Keywords: Political History; Neoliberalism; Union.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 1 — Prefeitos de Guanambi de 1971 a 2000	52
Figura 1 — Intendentes e Prefeitos de Guanambi de 1920 - 2020.....	53
Figura 2 — Vereadores de Guanambi entre 1989 - 1992	54
Mapa 1 — Guanambi no semiárido brasileiro	55
Mapa 2 — Localização do município de Guanambi na microrregião de Guanambi-BA.....	56
Figura 3 — Binha Teixeira (esquerda) e Prisco Viana (direita).....	58
Tabela 2 — Quantidade de servidores lotados na Prefeitura de Guanambi.....	68
Figura 4 — Protesto das Garis.....	69
Figura 5 — Enchadeiros.....	89
Figura 6 — Protesto em frente à Prefeitura de Guanambi	89
Figura 7 — Varredeiras.....	90
Figura 8 — Protesto para reintegração dos demitidos	90
Figura 9 — Construção da sede.....	91

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACM	Antônio Carlos Magalhães
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
COB	Confederação Operária Brasileira
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
FMI	Fundo Monetário Internacional
PFL	Partido da Frente Liberal
PJ	Pastoral da Juventude
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
SISPUMUR	Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Guanambi e Região
TL	Teologia da Libertação
UPB	União dos Prefeitos da Bahia

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	A NOVA HISTÓRIA POLÍTICA E AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS ...	12
2.1	PERCURSOS DO SINDICALISMO NA HISTÓRIA.....	19
3	NEOLIBERALISMO E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA O SERVIÇO PÚBLICO	34
3.1	CONTEXTO INTERNACIONAL E NACIONAL.....	34
3.2	CONTEXTO ESTADUAL E MUNICIPAL.....	45
4	FUNDAÇÃO DO SISPUMUR	60
5	CONCLUSÃO	76
	REFERÊNCIAS	83
	ANEXO A- ARQUIVO DO SISPUMUR	89

1 INTRODUÇÃO

A fundação do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Guanambi e Região - SISPUMUR, em 1990, é um marco significativo na história do movimento sindical de Guanambi, Bahia. Este estudo busca analisar os eventos que culminaram na criação desse sindicato, destacando sua importância no contexto local. A investigação se insere nas vertentes da História do Tempo Presente e da História Política, enfocando as transformações sociais e econômicas decorrentes da ascensão do neoliberalismo na década de 1990.

A relevância deste estudo reside em dois principais aspectos: na vacância de estudos abordando essa fundação, e na necessidade de compreender as condições trabalhistas enfrentadas pelos servidores públicos municipais de Guanambi antes da fundação do SISPUMUR. Durante este período, a relação entre o Estado e os servidores foi marcada pela falta de divisão clara entre o trabalho público e privado, refletindo um sistema que ainda apresentava resquícios de práticas coronelistas, em que os gestores municipais detinham um grande controle sobre os trabalhadores. A exploração no trabalho, a ausência de carteira assinada, e as péssimas condições de serviço eram características comuns deste cenário.

A principal motivação para desenvolver este estudo está enraizada em uma profunda admiração pela coragem e determinação dos trabalhadores que lutaram por seus direitos em tempos difíceis. Inspirado pelas histórias de resistência dos servidores públicos, busca-se compreender as batalhas enfrentadas por essas pessoas, seus sonhos e as dificuldades que superaram. Este trabalho representa uma homenagem à força coletiva e ao espírito indomável daqueles que, mesmo diante das adversidades, uniram-se para construir um futuro melhor. Mergulhar nos relatos e memórias dessa fundação é uma forma de valorizar e reconhecer a persistência e coragem dos envolvidos.

O problema central investigado neste trabalho gira em torno do questionamento sobre como surgiu um sindicato em um período em que tanto o cenário nacional e internacional adotavam cada vez mais políticas neoliberais, as quais vão de encontro a organização sindical em prol da defesa do trabalhador, em especial do servidor público. A hipótese levantada é que a criação do sindicato foi uma resposta organizada a grande precariedade das condições de trabalho dos servidores públicos municipais de Guanambi e região.

Para abordar esse tema, inclui-se uma revisão bibliográfica abrangente, com o objetivo de contextualizar o movimento sindical na metodologia historicamente, portanto, será apresentado sobre como esse movimento se encaixa na chamada “Nova História Política”, para,

posteriormente, explicar qual foi o percurso do sindicalismo no mundo até ir se desenvolvendo no Brasil.

Além disso, serão analisados o Documentário “30 Anos de SISPUMUR parte 01”, que traz relatos e depoimentos de membros fundadores e outros envolvidos no processo de criação do sindicato e também o Livro de Atas para Assembleias do sindicato, o qual nunca antes foi tocado por um pesquisador, trata-se, portanto, de um estudo inédito sobre o tema para aprofundar a compreensão dos eventos e impactos relacionados à fundação do sindicato.

Os objetivos deste trabalho são múltiplos. Primeiramente, busca-se traçar um panorama histórico do movimento sindical em Guanambi e a influência do contexto político e econômico nacional e local na década de 1990. Em segundo lugar, pretende-se analisar detalhadamente os eventos que levaram à fundação do SISPUMUR, destacando os principais atores envolvidos e quais estratégias utilizadas.

Este estudo está organizado em três partes principais. Na primeira parte, será apresentada uma contextualização do movimento sindical dentro da vertente da História Política e da História do Tempo Presente. Na segunda parte, será feita uma análise da influência do neoliberalismo nas políticas públicas da época, observando a “onda” neoliberal pela qual a América Latina passava em 1990, além de se ater nas realidades políticas estaduais e municipais da época. A terceira e última parte será dedicada a analisar os eventos específicos que culminaram na fundação do SISPUMUR, incluindo as dificuldades enfrentadas e as estratégias utilizadas pelos trabalhadores.

Dessa forma, a pesquisa visa preservar a memória do movimento sindical em Guanambi, destacando a importância da organização coletiva na luta pela justiça social. A fundação do SISPUMUR representa um exemplo de resistência e organização dos trabalhadores diante das adversidades impostas naquele contexto. Este estudo pretende lançar luz sobre essa história, oferecendo uma análise detalhada e contextualizada que possa servir de referência para futuras pesquisas e para a compreensão mais ampla do movimento sindical na região.

2 A NOVA HISTÓRIA POLÍTICA E AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Em sua obra “Política”, Aristóteles, filósofo grego que viveu no período Clássico da Grécia Antiga, afirma que, por natureza, o homem é um animal político. Trazendo para a contemporaneidade, percebe-se a concretude dessa afirmação, principalmente ao se estudar o fenômeno do sindicalismo, especificamente a fundação do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Guanambi e Região - SISPUMUR, foco desta pesquisa. Ao perceber que a ação política está diretamente ligada à luta sindical, faz-se necessário entender o que a História Política contribui para o presente estudo.

Primeiramente, para adentrar na discussão do movimento sindical, é essencial esclarecer que, do século XIX até os dias atuais, existem três momentos da evolução historiográfica, os quais estão diretamente ligados à História Política, como será explicado. Dentro da historiografia do movimento sindical, diversos autores fazem essa diferenciação. De acordo com René Rémond, importante historiador francês que discute temas como ideologias políticas, movimentos sociais e transformações políticas ao longo do período, um dos pioneiros na renovação da História Política, em "Introdução à História do Nosso Tempo: O Século XX de 1914 até os dias de hoje", publicado pela primeira vez em 1974, esses marcos são: antes da fundação da Escola Annalista, o segundo é após essa fundação em 1929 perdurando até 1970, e o terceiro é após 1970, em um contexto histórico que exigia uma nova mudança (Remond, 2005).

Conforme descrito por Peter Burke,

Originalmente chamada *Annales d'histoire économique et sociale*, tendo por modelo os *Annales de Géographie de Vidal de la Blache*, a revista foi planejada, desde o seu início, para ser algo mais do que uma outra revista histórica. Pretendia exercer uma liderança intelectual nos campos da história social e econômica. Seria o porta-voz, melhor dizendo, o alto-falante de difusão dos apelos dos editores em favor de uma abordagem nova e interdisciplinar da história (Burke, 1991, p.23).

Refere-se, portanto, a um movimento historiográfico do século XX, que se desenvolveu em torno de um periódico acadêmico francês intitulado “*Annales d'histoire économique et sociale*” (Anais de História Econômica e Social), tendo como principais expoentes Marc Bloch, Lucien Febvre. Feito esse esclarecimento inicial, passa-se para o seguinte questionamento: afinal, qual era o objeto de estudo da História quando ela foi considerada como uma disciplina autônoma?

Para responder a essa pergunta, retornamos ao século XIX, no qual essa matéria possuía como principal objetivo o estudo do que hoje se entende por História Política Tradicional, tendo como um de seus maiores representantes o historiador Leopold Von Ranke¹. Nessa perspectiva, essa disciplina tinha como finalidade dar legitimidade ao poder vigente, principalmente pelo fato de se tratar de um contexto em que os países recém-formados buscavam reafirmar seu poder diante de outras nações. Isso também ocorreu no Brasil, onde o Estado Imperial criou o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1838, com o intuito de reunir intelectuais que pudessem contribuir para a construção da identidade brasileira por meio da história.

Contudo, com o surgimento dos Annales, houve uma brusca mudança nessa visão da História. Jaques Julliard afirma que

A história política é psicológica e ignora os condicionamentos: é elitista, talvez biográfica, e ignora a sociedade global e as massas que a compõe; é qualitativa e ignora as séries; o seu objetivo é particular e, portanto, ignora a comparação; e narrativa e ignora a análise; é idealista e ignora o material; é ideológica e não tem consciência de sê-lo; é parcial e não o sabe; prende-se ao consciente e ignora o inconsciente; visa os pontos precisos e ignora o longo prazo; em uma palavra, já que esta palavra tudo resume na linguagem dos historiadores, é uma história factual (Julliard, 1988, p.180-181).

Através dessa fala de Julliard, adentra-se na divisão dos três momentos desse ramo historiográfico. O primeiro trata-se do que se entendia por História antes da Escola dos Annales, em que se tinha um conceito diretamente ligado ao que se entendia por História Política, no sentido de que uma era sinônima à outra. Esse paradigma apresentava as seguintes características: tratava-se de uma história narrativa, focada nos grandes acontecimentos e nos fatos de curta duração, ou seja, em seu discurso, havia uma centralidade no Estado-nação, em eventos militares e revoluções, nos quais os personagens que se destacavam eram os estadistas, líderes militares e personagens eclesiásticos.

Em relação às fontes, essa história, taxada como tradicional pelo movimento francês citado, era baseada nos documentos oficiais, tidos como fidedignos à realidade, sem contar com a interpretação do historiador, portanto, era tida como objetiva. Contudo, com a ascensão dos Annales, eis aí o segundo momento, iniciando em 1929, surgiu uma nova perspectiva a qual seria o objeto de estudo da disciplina. Essa renovação historiográfica teve sua origem, de acordo

¹ Leopold von Ranke (1795-1886) foi um historiador alemão famoso por seu rigor metodológico e ênfase na utilização de fontes primárias e documentos originais para escrever história. Ranke defendia a objetividade histórica e o conceito de "como realmente foi" buscando uma representação precisa e descritiva dos fatos históricos. Sua abordagem influenciou profundamente a prática da história como uma disciplina acadêmica.

com Falcon (1997), na crítica a essa concepção de História Política Tradicional/Metódica/Científica vigente até então.

Essa nova geração buscava nessas críticas sua própria autoafirmação, como é definido por Remond (1996, p.18), o qual diz que “a história política arcaria com os custos da renovação da disciplina”. O olhar agora estaria voltado de baixo para cima, o inverso do que ocorria antes, é aí que se entra no segundo momento da História, sendo a História Política uma das afetadas.

Entre 1929 até meados de 1970, houve uma brusca mudança no objeto de estudo da História; a historiografia política foi deixada de lado, pois se tinha uma visão pejorativa dela, taxada de História Tradicional. O novo conceito que surgia trazia como principais características uma mudança na concepção de tempo histórico, que passaria a ser de longa duração; ademais, surgiria um diálogo com outras Ciências Sociais (Antropologia, Geografia, Sociologia, Economia, etc.), algo que viria a se chamar de interdisciplinaridade. A consequência disso foram diversas, como a ampliação das fontes e a multiplicação dos objetos de estudo.

Em relação aos personagens históricos, conta-se com a influência do contexto da época, momento no qual as massas populares estavam em ascensão, ganhando voz a partir de movimentos sociais, além de contar com o marxismo vigente na época. Portanto, a História, que antes possuía como personagens “grandes líderes”, passou a dar ênfase no social e no econômico, ressaltando cada vez mais a importância que as camadas sociais mais simples apresentavam no decorrer do tempo.

Nesse contexto, surgiu a expressão "nova história" para se contrapor à chamada história tradicional. Jacques Le Goff, um dos principais historiadores franceses do século XX, posteriormente, irá editar uma coleção de ensaios intitulada *La nouvelle histoire* (Le Goff, 1978), na qual se tem essa discussão de que a Escola dos Annales, em suas gerações, mudou totalmente a perspectiva que se tinha da História como disciplina, sendo, portanto, um antagonismo à historiografia até então.

Antes de concluir essa linha de raciocínio, outra grande mudança que os annalistas trouxeram, foi a perspectiva de uma história-problema. Segundo José Carlos Reis,

É o problema posto que dará a direção para o acesso e construção do corpus necessário à verificação das hipóteses que ele terá suscitado. A história-problema devolve ao historiador a liberdade na exploração do material empírico. O fato histórico não está presente ‘bruto’ na documentação. O historiador não é um colecionador e empilhador de fatos. Ele é um construtor, recortador, leitor e intérprete de processos históricos. Portanto, a grande renovação teórica propiciada pela reconstrução do tempo histórico pelos *Annales* foi a história-problema. [...] Nela, o historiador sabe que escolhe seus objetos no passado e os interroga a partir do presente. Ele explicita a sua elaboração conceitual, pois não pretende se apagar na pesquisa, em nome da objetividade (Reis, 2000, p. 24-25).

Logo, a História Política perdeu o seu protagonismo frente a essa nova concepção de História. O profissional do campo historiográfico agora poderia problematizar determinado acontecimento, não ficando mais preso a uma só verdade narrativa. Isso contribuiu extremamente para o avanço da matéria no que tange aos múltiplos olhares dos acontecimentos ao longo do tempo.

Toda essa discussão até agora foi necessária para se compreender o terceiro momento, do qual serão utilizados conceitos de grande importância para a contribuição no entendimento atual do movimento sindical, até adentrar-se na fundação do SISPUMUR, como será abordado posteriormente. Essa fase está presente até os dias atuais, havendo um grande diálogo com a História do Tempo Presente.

A História do Tempo Presente é um campo relativamente recente dentro da disciplina histórica por ter surgido após a segunda metade do século XX, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, tendo como um de seus marcos a obra “A Estranha Derrota” de Marc Bloch. Esse campo historiográfico se caracteriza pelo estudo e análise de eventos, processos e fenômenos históricos que ocorreram em um período recente e que ainda têm influência significativa sobre a sociedade contemporânea.

Uma das características distintivas da História do Tempo Presente é sua proximidade com os eventos que estuda. Os historiadores desse campo frequentemente trabalham com fontes primárias contemporâneas, como jornais, revistas, documentos oficiais, entrevistas e até mesmo materiais de mídia digital. Essa abordagem permite uma análise mais imediata e uma compreensão mais profunda dos eventos históricos recentes.

Em muitas vezes foi indagado sobre sua validade, por exemplo, “em uma entrevista, E. P. Thompson afirma que ao historiador, cabia trabalhar o passado; o presente seria pertinente ao estudo da sociologia” (Muller, 2007, p. 17). Nessa entrevista, E. P. Thompson, sugere que o presente é mais pertinente ao estudo da Sociologia do que à História, é refutada pela

compreensão de que a prática histórica não se limita apenas ao registro do passado, mas também é essencial para a análise do presente. Historiadores têm o papel crucial de examinar as origens e implicações dos problemas contemporâneos, traçando conexões entre o passado e o presente para oferecer *insights* sobre as dinâmicas sociais, políticas, econômicas e culturais. Portanto, a História desempenha um papel fundamental na compreensão do presente, enriquecendo e complementando o trabalho de outras disciplinas, como a Sociologia, e contribuindo para uma análise mais completa e profunda da sociedade contemporânea e suas complexidades.

Os objetos de estudo da História do Tempo Presente são vastos e variados, e podem incluir questões políticas, sociais, econômicas, culturais e tecnológicas. Alguns exemplos de tópicos comuns incluem movimentos sociais, mudanças políticas, avanços tecnológicos, questões ambientais, globalização, migração e conflitos internacionais.

Quanto à relação entre a História do Tempo Presente e a História Política, há uma interseção importante. Enquanto a História Política tradicionalmente se concentra nas estruturas e instituições do poder político, a História do Tempo Presente expande essa análise para incluir uma gama mais ampla de atores e processos políticos. Isso inclui a análise de movimentos sociais, organizações não governamentais, ativismo político e participação cidadã, todos os quais desempenham papéis cruciais na formação e na evolução das políticas públicas e nas mudanças sociais (Elíbio Júnio, 2021).

No contexto dos sindicatos atuais, por exemplo, a História do Tempo Presente desempenha um papel fundamental ao examinar a origem, o desenvolvimento e o impacto dessas organizações. Os historiadores desse ramo podem investigar as condições socioeconômicas que levaram à formação dos sindicatos, os desafios que enfrentaram ao longo do tempo, suas estratégias de mobilização e negociação, e o papel que desempenham na sociedade contemporânea. Ao estudar os sindicatos dentro do contexto mais amplo da História do Tempo Presente, os historiadores podem oferecer uma visão valiosa sobre as lutas e conquistas dos trabalhadores, as mudanças nas relações de trabalho e as dinâmicas políticas e sociais que moldaram e continuam a influenciar a atividade sindical.

Feito esse esclarecimento, é de primordial importância analisar o contexto histórico dessa década abordada. Tinha-se a experiência de crises e guerras que afetaram diretamente a economia liberal, a exemplo da Segunda Guerra Mundial e da Guerra Fria, fatos que geraram uma maior intervenção do Estado, ou seja, as instituições públicas passaram a atuar em diversos campos sociais. Dessa forma, René Remond comenta que essa ressignificação da História Política foi resultado de um cenário impulsionado pelo advento da democracia social e política

ocasionado por tais conflitos, ademais, contava também com o movimento operário que estava em ascensão principalmente através da ideologia socialista. Para Remond,

À medida que os poderes públicos eram levados a legislar, regulamentar, subvencionar, controlar a produção, a construção de moradias, a assistência social, a saúde pública, a difusão da cultura, esses setores passaram, uns após os outros, para os domínios da história política. Com isso desabou a principal objeção a esse tipo de história: como sustentar ainda que o político não se refere às verdadeiras realidades, quando ele tem por objeto geri-las? (Remond, 1996, p. 24).

A partir dessa afirmação, conclui-se que o âmbito político transcende a figura individual e se integra à realidade como um todo, especialmente por meio de seu papel de representação popular. Portanto, o estudo desse campo político passou a focar não apenas em líderes isolados em períodos curtos, mas também nos imaginários sociais, nas mentalidades e nas representações coletivas ou sociais. Essa mudança de perspectiva se deve, em grande parte, à influência do movimento annalista e sua ênfase na interdisciplinaridade, refletindo um movimento de rupturas e continuidades.

Esse diálogo com outras Ciências Sociais possibilitou uma nova abordagem da perspectiva da História Política. Segundo Rosanvallon (1995), o campo de atuação do político é um espaço de articulação entre o social e sua representação. Essa ideia é confirmada por Remond, que comenta que essa nova visão possuía um caráter de "Ciência encruzilhada" (Remond, 1996, p. 29), justificando-se pelo fato de que era impossível desvinculá-la do campo social ou econômico, uma vez que todas as decisões e medidas políticas passavam pela figura desses agentes.

O novo objeto de estudo da chamada Nova História Política envolve uma abordagem mais ampla e complexa do que anteriormente. É importante destacar que os grandes líderes, os grandes acontecimentos e guerras ainda são objetos de estudo, porém, o que mudou foi a forma como são observados e interpretados. Isso coincide com a ideia da história-problema advinda dos Annales, na qual o historiador é incentivado a questionar suas fontes e a adotar uma perspectiva mais crítica e analítica.

Dessa forma, a remodelação desse ramo historiográfico deixaria de se limitar apenas à narração de determinado acontecimento, passando a observar o diálogo entre ele e outros elementos considerados de longa duração. Nesses moldes, a História Política estaria entrelaçada no estudo da apreensão dos sonhos, desejos e, principalmente, do poder. Segundo Falcon (1997,

p. 61), "são como irmãos siameses", indicando que História e poder estão interligados de acordo com essa perspectiva.

Nesse novo prisma sobre o estudo do poder, houve uma grande contribuição do que se atribuiu o nome de "cultura política", a qual traz elementos da História Cultural e, consigo, novos conceitos a serem estudados, como, por exemplo, a importância da representação das imagens, utopias, mitos e simbologias dentro da política. Chega-se, então, ao ápice desse capítulo: qual a relação desse fenômeno com o sindicalismo?

De acordo com Vavy Pacheco Borges (1992), essa relação da esfera cultural com a política possibilitou a ampliação do conceito de Estado e das formas as quais eram exercidas o seu poder, agora se encontraria sua manifestação em novas representações sociais, como por exemplo nas escolas, imprensa e sindicatos. Roger Chartier afirma que

As representações do mundo social, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupos que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas (Chartier, 1990, p.17).

A partir dessa perspectiva, percebe-se, com a visão da Nova História Política, para onde estão sendo deslocadas tais manifestações do poder, vinculadas à própria proposta democrática, na qual o aspecto social ganha voz nesse cenário. Isso é um dos fatores que fundamentam a participação de diversos grupos nas lutas travadas pelo poder, seja para a conquista de direitos garantidos pela legislação de um país, ou para a criação dessa legislação, por exemplo. Portanto, diante desse novo cenário, o historiador deve estudar e analisar a relação entre essas representações sociais e o Estado, com o objetivo de compreender como se dá a atuação dos indivíduos que estão à frente dessas representações de determinada categoria.

Tendo em vista que os sindicatos são uma forma de representação social, será abordado agora como se deu a formação sindical tanto no mundo quanto no Brasil, abrangendo tanto o âmbito privado quanto o público.

2.1 PERCURSOS DO SINDICALISMO NA HISTÓRIA

Antes de explicar como se deu o processo de fundação do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Guanambi e Região, é necessário compreender as raízes do sindicalismo e como esse fenômeno se manifestou no Brasil. Primeiramente, será esclarecido o conceito do que constitui um sindicato, para então apresentar sua origem e contexto de surgimento, bem como os principais desafios enfrentados por essas associações naquele período. Finalmente, discutiremos quando e como o sindicalismo desenvolveu no Brasil.

Numa reflexão atual sobre o que é um sindicato, para Ricardo Antunes (2003), ele nasceu dos esforços da categoria operária no conflito contra a dominação do capital. Surgem, portanto, no capitalismo, sendo associações representativas dos interesses da classe trabalhadora. Mattos diz que "ao sindicato cabia representar coletivamente os interesses dos trabalhadores, enfrentando, se necessário, a oposição patronal e o governo" (Mattos, 2009, p. 47). Nesse sentido, nota-se que suas funções estão ligadas à noção de poder, que é trabalhada na Nova História Política, pois, como será mostrado ao longo do capítulo, o campo sindical irá se envolver nas áreas econômicas, sociais e políticas, sendo que a última permeia todas as outras.

Mas antes de chegarmos a esse conceito atual de sindicato, faz-se necessário uma retomada histórica. Um dos primeiros autores que refletiu sobre a relevância dos sindicatos foi Friedrich Engels, abordando esse tema em uma de suas obras pioneiras, intitulada "A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra", de 1845. Engels argumenta claramente que as associações dos trabalhadores no contexto da Primeira Revolução Industrial na Inglaterra funcionavam como instrumentos de união dessa classe, que buscava encerrar os conflitos internos para se concentrar na luta contra a burguesia. O ponto-chave de seu pensamento era que as disputas internas dos proletários interferiam negativamente na conquista de seus objetivos e fortaleciam a posição da burguesia no poder.

Dessa forma, essas associações, em um primeiro momento, tinham a função de agregar a classe proletária na luta contra a exploração da burguesia, além de serem um meio organizado para a abolição do sistema de trabalho assalariado. A congruência entre as concepções daquele período, como as de Karl Marx e Engels, sobre o que era um sindicato com o que se tem hoje, é a de que o sindicalismo é verdadeiramente um intermediário dos interesses dos trabalhadores, sendo que esse fenômeno é uma consequência da luta de classes.

Para uma compreensão mais completa, é necessário se entender como funciona a dinâmica da luta de classes. A partir das análises de Karl Marx (1848) sobre as sociedades, ele percebeu que existem duas classes: a dominante e a dominada, as quais sempre estão em constante conflito, e, no caso da Inglaterra no contexto da Primeira Revolução Industrial, foram representadas pela burguesia e a classe proletária, respectivamente. No contexto do capitalismo, essas classes assumiram papéis bem definidos, cada uma com interesses próprios. A burguesia, devido ao seu controle sobre os recursos materiais, conseguiram impor sua vontade, resultando na exploração dos trabalhadores através de salários baixos e longas jornadas de trabalho, tudo em busca de maiores lucros para a classe dominante.

Como foi dito, Marx presenciou a chamada Revolução Industrial na Inglaterra do século XIX. Foi dentro desse contexto que ele observou atentamente a sociedade e as mudanças ocorridas com tal fenômeno, voltando sua atenção principalmente para a situação dos trabalhadores das fábricas naquele período.

Nesse momento a Inglaterra teve ter um amplo desenvolvimento das atividades econômicas com a introdução de novas máquinas no trabalho, algo que trouxe como consequência praticamente a extinção do trabalho artesanal e manufatureiro, foi o período do surgimento das fábricas. Em busca de trabalho, com essa nova mudança, teve um grande êxodo rural, alterando completamente a dinâmica das cidades, ou seja, esse industrialismo trouxe consigo mudanças trabalhistas, econômicas, infraestruturais e sociais, em que, na maioria das vezes, infringiu o respeito a dignidade humana no quesito de mínimas condições de vida como: carga horária de trabalho de até 16 horas por dia, baixos salários, condições precárias de higiene, dentre outras.

A consequência dessa situação foi um movimento espontâneo por parte dos trabalhadores,

Todas essas condições de exploração, próprias do novo sistema econômico, vão gerar resistências entre os explorados. Esse processo de luta passará por longas experiências. As greves e os sindicatos, por exemplo, não aparecerão num estalo de dedos. Antes, a classe operária passará por um longo processo de aprendizado até encontrar as formas mais eficientes de luta e concluir que sua união é fundamental para se contrapor ao poder do patronato. Uma das principais formas de luta foi o Luddismo, também conhecido como o movimento dos quebradores de máquinas (Borges, 2006, p.3).

O primeiro movimento de revolta contra esse sistema foi o Luddismo, que consistia na destruição de máquinas por parte de certos grupos que as viam como seu principal adversário.

Esses grupos sofreram duras penalidades do Parlamento Inglês, percebendo então que não era contra as máquinas que deveriam lutar. Surgiram, então, outras formas de associação, incluindo o aumento das trade-unions (uniões de ofício), que já estavam em operação desde o final do século XVII. De acordo com Borges (2006), conhecidas por serem as primeiras formas de sindicato registradas na história, essas associações operavam inicialmente de forma clandestina, principalmente porque, em 1799, o Parlamento aprovou a Combination Law, uma legislação que proibia a existência de sindicatos.

Cada vez mais, os trabalhadores, por meio de protestos e greves, exerceram pressão sobre os empregadores, que enfrentavam dificuldades para negociar com organizações não legalizadas. Finalmente, em 1824, o Parlamento Inglês promulgou uma lei autorizando o funcionamento dos sindicatos como representantes legítimos para negociações com os empregadores. Engels comenta sobre esse evento dizendo que

Quando de outro lado, os trabalhadores receberam em 1824 o direito à livre associação, estas muito claramente se espalharam por toda Inglaterra e obtiveram grande poder. Em todas as seções da indústria sindicatos foram formados com intenção manifesta de proteger o operário isolado contra a tirania e a negligência da burguesia. Seus fins eram negociar, em massa, como força, com os empregadores; regular a taxa de salário segundo o lucro dos últimos, elevá-la quando se oferecia oportunidade, e mantê-la uniforme em cada ofício por todo país (Engels, 2008, p.55).

Essa primeira conquista foi resultado da luta proletária, e também representou uma estratégia desenvolvida pela burguesia para controlar esses sindicatos em vez de combatê-los diretamente. Essa estratégia foi repetida no Brasil durante o período da Era Vargas, como será abordado posteriormente.

Após esse marco, ocorreram outras circunstâncias importantes. Em 1830, foi fundada a primeira Associação Nacional para a Proteção do Trabalho na Inglaterra, e, em 1866, com a industrialização se expandindo para outras localidades, ocorreu o primeiro congresso internacional de organizações trabalhistas, culminando na fundação da Associação Internacional dos Trabalhadores. Antunes comenta sobre as lutas da classe operária e da sua relação com o movimento sindical

A atuação dos sindicatos baseia-se nas lutas cotidianas da classe operária. Mas além disso, os sindicatos constituem-se também força organizadora da classe operária na luta pela supressão do sistema de trabalho assalariado. Deve ser considerado como centro de organização dos operários visando sua emancipação econômica, social e política (Antunes, 2003, p.12).

Os estudos da Nova História Política destacam que as representações sociais desempenham um papel crucial na busca pelo poder, especialmente no contexto legislativo. Isso ocorre porque todas as decisões políticas têm impacto direto e indireto no modo de vida das pessoas. No caso das organizações sindicais, essa dinâmica não é diferente. As representações sociais são utilizadas como instrumentos para influenciar a formulação de políticas públicas, defender os interesses dos trabalhadores e negociar com as autoridades. Dessa forma, compreender as representações sociais no contexto sindical é fundamental para entender como essas organizações atuam e buscam alcançar seus objetivos políticos e sociais.

As primeiras associações sindicais, surgidas nos séculos XVII e XVIII, concentravam seus esforços principalmente na conquista de melhorias nos setores econômicos e sociais, embora questões políticas também estivessem presentes em suas pautas. No entanto, foi a partir do surgimento do movimento Cartista na Inglaterra, por volta de 1837-1838, que a luta política ganhou maior destaque. O Cartismo foi marcado pela elaboração da Carta do Povo, um documento redigido por William Lovett e Francis Place, que exigia reformas políticas significativas, como o sufrágio universal secreto, a participação no Parlamento, a redução da jornada de trabalho e a limitação dos mandatos políticos, entre outras demandas. Embora o movimento tenha enfrentado forte repressão, ele representou um marco importante na inserção das questões políticas no âmbito das lutas sindicais, influenciando significativamente o rumo dos sindicatos no futuro.

Portanto, fica claro que, nesse estágio inicial, o sindicalismo desempenhou um papel crucial para os trabalhadores. Com a expansão do capitalismo, os sindicatos se disseminaram globalmente, desempenhando um papel fundamental em diversos avanços sociais e influenciando diretamente a legislação trabalhista. Agora, é importante entender como esse fenômeno se desenvolveu no Brasil, especialmente para compreender a dinâmica que levou à fundação do SISPUMUR em 1990.

O movimento sindicalista se desenvolveu no Brasil na transição do século XIX para o século XX, após a Proclamação da República em 1889. No entanto, um evento anterior teve um impacto significativo no desenvolvimento desse movimento: a Lei n.º 3.353, de 13 de maio de 1888, conhecida como Lei Áurea, que aboliu a escravidão no Brasil. Após essa emancipação, houve uma grande migração de imigrantes europeus para o país em busca de trabalho assalariado. No entanto, ao chegarem aqui, encontraram um sistema de trabalho ainda influenciado pela mentalidade escravista, com empregadores extremamente autoritários e

exploradores em todos os aspectos, tanto físicos quanto salariais, pois as leis trabalhistas eram praticamente inexistentes nesse período.

Diante desse contexto inicial, é importante observar que os imigrantes europeus que chegaram ao Brasil, em sua maioria, já haviam sido expostos às experiências sindicais em seus países de origem, especialmente aquelas influenciadas pelo anarquismo, predominantes em nações como Itália, Espanha e França. Essa influência é refletida nas primeiras organizações sindicais do Brasil, que adotaram uma abordagem predominantemente anarco-sindicalista. Esses grupos buscavam combater as injustiças no local de trabalho e aspiravam a uma transformação radical da sociedade por meio da organização dos trabalhadores.

Em 1908, foi fundada a Confederação Operária Brasileira - COB, que agregava cerca de 50 associações operárias, buscando uma maior organização do movimento sindical. A COB realizou diversas campanhas, manifestações e passeatas, sendo uma das primeiras entidades a reunir trabalhadores de várias cidades brasileiras, incluindo Recife, São Paulo, Salvador e Rio de Janeiro.

Com efeito, do início da República até 1930, o movimento sindical brasileiro refletia ideais inspirados no anarquismo, intensificados principalmente após 1917 com a disseminação de ideias socialistas. Esse período foi marcado por uma luta vigorosa contra a elite escravocrata do Brasil, e os imigrantes desempenharam um papel significativo nesse contexto inicial. Esses esforços visaram criar uma consciência de classe entre os trabalhadores, que buscavam garantir seus direitos e combater a exploração.

A partir de 1930, iniciou-se a intervenção do Estado nos sindicatos, o que provocou uma mudança drástica na realidade sindical que perdura até os dias atuais, Boito Júnior comenta que

A intervenção normativa do Estado na organização do movimento sindical brasileiro data dos anos 30. Imediatamente após a Revolução de Outubro de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder, o Governo Provisório criou o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em 26 de novembro daquele ano. Quatro meses depois, em 19 de março de 1931, o Governo Provisório expediu a primeira Lei de Sindicalização, obrigando os sindicatos a se registrarem no recém-criado Ministério do Trabalho e impondo uma série de limitações à sua organização e atuação como contrapartida desse reconhecimento oficial. Em 1943, o mesmo Getúlio Vargas, já então exercendo o poder em moldes ditatoriais, editou a Consolidação das Leis do Trabalho, que completou a organização da estrutura sindical corporativa brasileira (Boito Jr., p. 1, 2006).

Portanto, a partir de 1930, os sindicatos deixaram de ser independentes para se tornarem tutelados pelo Estado. Com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, iniciou-se uma nova fase

no Brasil, a Era Vargas. Desde o início de seu governo, Vargas procurou controlar todas as formas de oposição, como parte de sua estratégia para agradar tanto a elite quanto o proletariado, o que refletia sua postura populista. Nesse sentido, é importante analisar os instrumentos legislativos criados por Vargas para obter esse controle sobre as associações sindicais.

Em novembro de 1930, é criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (Brasil, 1930) e, em 19 de março de 1931, é editado o Decreto 19.770, responsável por regular os sindicatos. Este decreto estabeleceu as seguintes diretrizes: esse Ministério deveria reconhecer oficialmente os sindicatos para sua atuação legal; deveria controlar os recursos financeiros das associações sindicais; nesses sindicatos, não deveriam circular atividades de caráter político e ideológico; as associações deveriam agir como órgãos de colaboração e cooperação com o Estado; não deveria haver filiação a sindicatos internacionais; os sindicatos deveriam ser únicos por categoria; e, o mais importante para este trabalho, os funcionários públicos não tinham o direito de se filiar a um sindicato (Brasil, 1931).

De acordo com Helder Molina (2012), de 1930 a 1945 houve uma grande mudança na composição da classe operária, sendo que a maioria desses trabalhadores era oriunda da zona rural. Com o processo de industrialização que a Era Vargas apresentou, esses indivíduos se deslocavam para as cidades em busca de uma melhor qualidade de vida. Nesse sentido, com o aumento da classe urbana trabalhadora, foi criada a Consolidação das Leis do Trabalho, que ampliou várias garantias sociais, como o salário-mínimo e aposentadoria. Essas conquistas tiveram uma forte influência das lutas sindicais ao longo dos anos, apesar disso, acabaram sendo usadas em benefício do Estado, tanto no aspecto populista quanto na tutela do Estado sobre os sindicatos. Contudo, Mattos afirma que nem todos se silenciaram, pois

O sucesso político subsequente de Vargas não correspondeu a uma aceitação passiva da proposta de subordinação sindical, podendo significar, nos anos seguintes, uma opção política que não excluía a mobilização sindical e, em certos momentos, o enfrentamento com os patrões e com o Estado. Naquela época, porém, a repressão da ditadura foi determinante para o controle dos sindicatos, mas não o suficiente para calar completamente a capacidade de resistência dos trabalhadores (Mattos, 2009, p.75-76).

Ou seja, em determinado momento, o governo começou a reprimir algumas ações dessas associações por não concordarem com a política governamental. Percebe-se, então, que os sindicatos começaram cada vez mais a se envolver no meio político. Não que não estivessem antes, mas agora, diante da posição de tutela do Estado, algumas lideranças começaram a entrar

em confronto direto. Tanto que Mattos (2009, p. 73) ainda afirma que “foi preciso que a partir de 1935, as lideranças combativas fossem aniquiladas pela violenta repressão, para que o conformismo dos pelegos se instalasse”. Lembrando que o peleguismo consistia em uma ação do governo que buscava colocar na liderança dos sindicatos um indivíduo que apoiasse o governo e mediasse os conflitos, amenizando tanto o embate com os patrões quanto contra o Estado.

E assim foram as circunstâncias do sindicalismo nesse período: aumento do controle do Estado sobre essas associações, repressão às oposições, instauração do peleguismo. Entretanto, vale ressaltar que nem todos os sindicatos se renderam à postura do governo, havendo sim uma oposição em diversos momentos.

De 1945 até 1964, houve algumas mudanças e continuidades no sindicalismo brasileiro. No entanto, antes de adentrar nesse aspecto, é necessário compreender o contexto global daquele período. Em 1945, deu-se o início da Guerra Fria, e nesse tenso contexto, comunistas e socialistas, em relação aos sindicatos, buscavam afastar a interferência do Estado nessas associações. Eles almejavam uma reforma sindical que modificasse a estrutura oficial adquirida durante o governo Vargas, principalmente após o Decreto 19.770/31, que regulava a sindicalização das classes operárias e patronais.

Dessa forma, inspiradas por algumas dessas ideologias e pelas insatisfações já mencionadas, diversas instituições sindicais surgiram, buscando se organizar de forma autônoma, por meio de intersindicais e organizações de cúpula, como a Confederação Geral dos Trabalhadores - CGT, criada em 1950. Durante esse período, que se estendeu até 1960, os sindicatos experimentaram um grande crescimento, principalmente em sua atuação política na mediação entre trabalhadores e empregadores, bem como entre trabalhadores e o Estado,

A força política, a trajetória grevista ascendente e o crescimento do nível de mobilização alcançado pelo sindicalismo entre 1955 e 1964 explica-se, em grande parte, pelo surgimento de organizações paralelas ao sindicalismo oficial. Organizações paralelas de base (como comissões sindicais por empresa) intersindicais (como os pactos e as comissões regionais), ou de cúpula (como a CGT), que expressavam a tentativa de criar canais de mobilização para além dos limites da estrutura sindical montada pelo Estado nas décadas de 1930 e 1940 (Mattos, 2009, p.96).

Quando João Goulart assumiu a presidência em 1961, ele encontrou grupos bem formados que já desempenhavam um importante papel como sujeitos políticos no Brasil. Esses grupos apoiaram seu governo devido às pautas reformistas que ele trazia, conhecidas como

reformas de base. Os setores do funcionalismo público começaram a agir naquele momento, buscando dignidade em seu trabalho, como um salário mais justo e ambientes adequados para sua atuação profissional. Além disso, a classe operária e o movimento estudantil, já em ascensão, também apoiou o governo de João Goulart - Jango. No entanto, esses projetos reformadores que poderiam beneficiar os sindicatos em diversos aspectos foram interrompidos em 1964.

Antes de chegar ao início do Regime Militar instaurado no Brasil em 1964, é importante ressaltar que os movimentos sindicais, que estavam se fortalecendo anteriormente, receberam o apoio de João Goulart. Embora isso tenha sido benéfico, deu continuidade à tutela do Estado sobre os sindicatos em certo sentido. Para superar essa situação, alguns desses movimentos radicalizaram cada vez mais seu discurso de rompimento com esse Estado. Em um período de tensão como o da Guerra Fria, toda forma de oposição era encarada como uma ameaça "vermelha", ou seja, uma tentativa de tomada de poder por parte dos comunistas. Tanto é que, quando ocorreu o Golpe de 1964, as instituições sindicais foram submetidas ao rigoroso controle dos militares justamente por esse receio.

De acordo com Helder Molina (2012), historiador, professor da Faculdade de Educação da Universidade Estadual do Rio de Janeiro e assessor de formação da Central Única dos Trabalhadores - CUT e do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas e Serviços Públicos e Privados de Informática e Internet e Similares do Estado do Rio de Janeiro, nos primeiros oito anos do Regime Militar, o sindicalismo passou a ser totalmente controlado pelos militares, com intervenção em 573 dessas associações. Embora os sindicatos continuassem a existir, desempenhavam apenas papéis assistenciais, jurídicos e médicos para os trabalhadores, como se fossem órgãos do próprio Estado, não havia mais função política ou reivindicatória.

Os sindicatos enfrentavam, de acordo com Molina (2012), constantemente a ameaça de intervenção do governo e de cassações de líderes, a Lei de Greve tornava praticamente impossível exercer o direito de greve, a formação de organizações intersindicais era estritamente proibida, os estatutos sindicais eram uniformizados e o reconhecimento das entidades sindicais dependia da aprovação do Ministério do Trabalho.

Para compreender a nova realidade dos trabalhadores, é necessário explicar como se deram os aspectos econômicos, políticos e sociais. Em relação ao primeiro, o período de 1964 a 1974 ficou marcado pela implementação do novo projeto econômico e político capitalista conhecido como "milagre brasileiro". Esse modelo se baseava na expansão industrial e dos serviços, focando no consumo do mercado interno de bens duráveis, como automóveis e

eletrodomésticos. Se fez uma aliança dependente com o capital estrangeiro para custear essa nova fase, o que acarretou num crescimento exponencial do parque industrial brasileiro e em grande crescimento econômico, tal fase ficou conhecida como "Milagre Econômico brasileiro" ocorrido especificamente no governo de Médici.

Entretanto, o período também se caracterizou pelo aprofundamento das políticas de arrocho salarial, pela repressão aos sindicatos e aos movimentos populares de oposição, além da degradação das condições de trabalho. Com a expansão da produção industrial, houve um aumento significativo na demanda por mão de obra, resultando em um crescimento do número de trabalhadores, os quais se encontravam, muitas vezes, em péssimas condições.

Esse "milagre" possuía 3 principais características,

O aprofundamento da exploração da classe trabalhadora submetida ao arrocho salarial, às mais duras condições de trabalho e à repressão política; a ação do Estado garantindo a expansão capitalista e a consolidação do grande capital nacional e internacional; e a entrada maciça de capitais estrangeiros na forma de investimentos e de empréstimos (Habert, 1992, p. 13-14).

Arrocho salarial significa que o salário-mínimo não era ajustado para acompanhar o aumento dos preços. Isso resultou em um cenário em que empresas locais e estrangeiras viam vantagens em contratar mão de obra por valores mais baixos, o que contribuiu para ampliar ainda mais as disparidades sociais. O governo não estava focado em promover uma distribuição mais justa de recursos e em garantir estabilidade econômica para toda a população, mas sim em impulsionar o crescimento econômico em favor das classes mais privilegiadas.

Em relação a parte política e social, o regime reprimiu duramente movimentos camponeses, sindicais e estudantis. Um plenário sindical que unia trabalhadores de diversas categorias, chamado Comando Geral dos Trabalhadores, foi fechado pelos militares. Chegou um momento que os trabalhadores estavam exaustos com a política de repressão violenta aos movimentos de luta, o aperto nos salários, o aumento dos custos de vida e a colaboração das lideranças sindicais com o Estado, que eles rotulavam como "pelegagem".

Essa combinação de fatores gerou grande insatisfação entre os assalariados, que viviam em péssimas condições de trabalho, especialmente na região de São Paulo, pois lá se localizava o grande polo metalúrgico brasileiro, o qual possuía um dinamismo da classe trabalhadora brasileira. O movimento sindicalista combativo e independente organizou-se através das chamadas Oposições Sindicais, assim, a classe operária se tornou mais uma vez um importante

sujeito político. A região onde eclodiram a retomada das mobilizações é o chamado ABC paulista, que inclui as cidades de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul.

No final da década de 1970 essa movimentação ficou conhecida como "greves-pipoca", pois estouravam a qualquer momento e eram desarticuladas, contudo, havia grande participação dos operários. Rossi diz que

Com o tempo, ainda durante a ditadura militar, várias iniciativas dos trabalhadores mobilizados se desenvolvem, combinando a ação clandestina nas empresas e ação pública nas assembleias sindicais. Tais atividades vão criando um autêntico movimento de combate à estrutura sindical, que se espalha progressivamente por muitas cidades industriais. Desse movimento vão surgindo as oposições sindicais que combatem, simultaneamente, o peleguismo, a estrutura sindical e a ditadura militar (Rossi, 2009, p.50).

Apesar das restrições impostas pelo regime autoritário, os trabalhadores encontraram maneiras de se mobilizar e lutar por seus direitos. A combinação de ações clandestinas nas empresas, como greves e protestos, com atividades públicas em assembleias sindicais, demonstra uma estratégia inteligente para desafiar a estrutura sindical tutelada pelo Estado e o regime militar. Essa resistência não se limitou apenas à essa luta, mas também visava combater o peleguismo, caracterizado pela submissão dos sindicatos aos interesses do governo e dos patrões. Assim, esse movimento de oposição sindical desempenhou um papel crucial na construção de uma consciência de classe e na luta por melhores condições de trabalho e direitos trabalhistas.

A onda grevista de 1978 foi marcada por um impacto significativo e surpreendente tanto para os empresários quanto para o governo. O movimento grevista foi tão vigoroso que levou os responsáveis governamentais e os representantes empresariais a cederem em relação às principais demandas dos trabalhadores. O que se destacou nesse contexto foi que as lideranças sindicais ligadas à estrutura oficial foram amplamente superadas pelas mobilizações que surgiram diretamente da base, ou seja, dos próprios trabalhadores nas fábricas. Esse fenômeno evidenciou a força e a autonomia do movimento operário, demonstrando que as demandas e ações partiam não apenas das direções sindicais estabelecidas, mas também da base da classe trabalhadora.

Essas novas formas de luta e organização sindical se espalharam por diversas regiões do Brasil, com destaque para o estado de São Paulo e as regiões industriais de Minas Gerais, como Betim, Contagem e Belo Horizonte, além do Rio de Janeiro, abrangendo tanto a capital quanto cidades como Volta Redonda. Esse alastramento reflete a ampliação do movimento

sindical e a disseminação das práticas de resistência e mobilização entre os trabalhadores de diferentes áreas industriais do país.

Surge, dessa forma, o que se chama de "novo sindicalismo", contrapondo-se ao sindicalismo oficial, marcado pelo peleguismo e pela tutela estatal. Esse novo sindicalismo promoveu uma atuação mais combativa e democrática, articulando greves, assembleias e outras formas de resistência para conquistar melhorias nas condições de trabalho e nos direitos dos trabalhadores. Essa nova abordagem sindical espalhou-se rapidamente por diferentes regiões do país, influenciando não apenas a dinâmica das relações de trabalho, mas também o cenário político e social brasileiro como um todo.

De acordo com Armando Boito Júnior (1994, p. 23) "esse novo sindicalismo procurou, entre 1978 e 1983 estabelecer sua hegemonia sobre o conjunto do movimento sindical brasileiro, ao se constituir em força dirigente do processo de criação da CUT." A Central Única dos Trabalhadores - CUT foi fundada em agosto de 1983, durante o 1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, realizado na cidade de São Bernardo do Campo, no estado de São Paulo.

A CUT foi criada por um conjunto de sindicatos, lideranças sindicais e militantes de diversas categorias profissionais, representando uma ampla frente de trabalhadores urbanos e rurais. Entre os principais líderes envolvidos na fundação da CUT estão nomes como Luiz Inácio Lula da Silva, então líder sindical metalúrgico e futuro presidente do Brasil, além de outras lideranças sindicais, políticas e sociais que se destacaram na luta pela democratização do país e pela defesa dos direitos dos trabalhadores. Ela tornou-se um importante instrumento de mobilização e organização dos trabalhadores, promovendo greves, manifestações e outras formas de protesto em defesa dos direitos trabalhistas e sociais.

Além disso, de acordo com o próprio portal da Central (2024), ela foi pioneira na defesa de pautas importantes, como a redução da jornada de trabalho, o aumento do salário-mínimo, a garantia de direitos trabalhistas e a ampliação da participação dos trabalhadores nos processos decisórios das empresas. Sua atuação contribuiu para ampliar a conscientização política e sindical dos trabalhadores brasileiros e para fortalecer o movimento sindical como um todo.

Torna-se evidente, portanto, que de 1977 a 1989 houve avanços importantes, como o fim do regime militar e a transição para um regime democrático, embora sob a influência da burguesia e dentro dos limites do capitalismo. Essas conquistas incluíram a realização de eleições diretas para governadores, prefeitos das capitais e presidente, além da eleição de um congresso responsável por elaborar uma nova constituição para o país. Esses eventos marcaram uma mudança significativa na estrutura política e institucional do Brasil, representando um

avanço em direção a uma maior participação popular e à consolidação dos princípios democráticos. No entanto, também se ressalta que essas transformações ocorreram em um contexto de intensas disputas políticas e sociais, refletindo as contradições e desafios enfrentados pelo país durante sua transição para a democracia.

Fazendo um destaque a questão política, nesse período se teve a fundação do Partido dos Trabalhadores - PT, o qual estava intrinsecamente relacionado ao novo sindicalismo que surgiu no Brasil durante a década de 1970 e 1980. O PT foi criado em 1980, e muitos de seus fundadores e líderes eram oriundos das fileiras do movimento sindical renovador, que buscava uma atuação mais autônoma e combativa nas relações com os sindicatos tradicionais ligados ao Estado. Esse novo sindicalismo foi marcado por uma abordagem mais radical na defesa dos direitos dos trabalhadores, buscando não apenas melhorias salariais e condições de trabalho, mas também uma transformação social mais ampla. Margaret E. Keck comenta que

Com certeza, existia uma relação informal. A fundação do PT deveu-se, em boa parte, à iniciativa de líderes sindicais que, não só acompanhando dominando os seus órgãos de direção como orientar os porta-vozes mais importantes do partido; a imagem nacional do partido ligou-se inextricavelmente à figura de Lula. A presença desses líderes sindicais foi o motivo pelo qual o partido continuou sendo considerado importante apesar do seu fraco desempenho nas eleições. As afirmações políticas do PT sempre foram muito centradas na questão dos direitos sindicais. A dificuldade do partido em estabelecer uma linha de ação formal sobre a questão sindical, ilustrada pelo fato de que ele levou quatro anos para elaborar uma posição sobre esse assunto, foi devido à relutância de sua liderança em assumir o lugar dos sindicatos. O papel do partido era apoiar as iniciativas tomadas pelos sindicatos, e não vice-versa (Keck, 2010, p.223).

Essa observação ressalta a forte influência dos líderes sindicais na fundação e consolidação do Partido dos Trabalhadores. De fato, muitos desses líderes desempenharam papéis-chave na formação dele e mantiveram uma presença significativa dentro do partido ao longo dos anos. A liderança de figuras como Luiz Inácio Lula da Silva contribuiu para solidificar a sua identidade como um partido vinculado aos interesses e às demandas dos trabalhadores. Essa ligação estreita entre esse partido e o movimento sindical foi fundamental para a legitimidade e relevância do partido, mesmo em momentos em que seu desempenho eleitoral não era tão expressivo. As pautas políticas do PT, em grande medida, refletiram as demandas dos trabalhadores, destacando a importância da defesa dos direitos trabalhistas e sociais como elementos centrais da agenda partidária. Essa relação simbiótica entre o Partido

dos Trabalhadores e os líderes sindicais contribuiu significativamente para a proeminência e na sua influência na cena política brasileira.

Após o fim do regime militar, o Brasil passou por um período de transição política marcado pela redemocratização. Foram realizadas eleições indiretas para a presidência em 1985, resultando na escolha de Tancredo Neves, que veio a falecer antes de tomar posse. Seu vice, José Sarney, assumiu a presidência e governou até 1990. Durante esse período, foi elaborada uma nova Constituição Federal, promulgada em 1988, as mobilizações populares e sindicais foram elementos-chave durante esse processo de redemocratização, desde o movimento das Diretas Já até a promulgação dessa Constituição, que consolidou a democracia no país, estabelecendo os direitos fundamentais dos cidadãos, a organização e o funcionamento dos poderes, além de definir os princípios que regem a organização sindical, como a liberdade de associação e a autonomia sindical. Os principais artigos que versam sobre isso são os

Art. 8º É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:

I - a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical;

II - é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município;

III - ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas;

IV - a assembleia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independentemente da contribuição prevista em lei;

V - ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato;

VI - é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho;

VII - o aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais;

VIII - é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.

Parágrafo único. As disposições deste artigo aplicam-se à organização de sindicatos rurais e de colônias de pescadores, atendidas as condições que a lei estabelecer.

Art. 9º É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender (Brasil, 1988).

Antes da promulgação da Constituição, os sindicatos enfrentavam uma série de restrições e instruções do Estado, que limitavam sua atuação e autonomia.. Ela trouxe diversas

mudanças significativas para os sindicatos no Brasil. Uma das principais conquistas foi a garantia da liberdade sindical, assegurando o direito de associação profissional ou sindical sem intervenção do Estado. Além disso, a Constituição distribuiu a unicidade sindical, que determina que apenas um sindicato pode representar uma categoria profissional ou econômica em uma determinada base territorial.

Essas mudanças foram importantes porque fortaleceram os sindicatos como representantes legítimos dos trabalhadores, permitindo-lhes atuar de forma mais autônoma e eficaz na defesa de seus interesses. A Constituição também estabeleceu a legitimidade dos sindicatos para a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, incluindo a possibilidade de auxiliar ações judiciais em nome dos trabalhadores. Em suma, representou um marco na história dos sindicatos brasileiros, conferindo-lhes maior autonomia e poder de atuação na defesa dos direitos dos trabalhadores.

Além disso, o artigo 37, inciso VI, da Constituição de 1988 trouxe algumas novidades e benefícios importantes para os servidores públicos em relação à sindicalização. Antes da Constituição de 1988, a sindicalização dos servidores públicos era proibida. Com a nova constituição, os servidores públicos passaram a ter o direito garantido de se sindicalizarem, o que lhes permitiu organizar-se em sindicatos para defender seus interesses e direitos trabalhistas de forma mais efetiva. Além disso, a garantia do direito de greve também foi estabelecida, embora com algumas restrições para determinadas categorias. Em resumo, o artigo 37, inciso VI, representou um avanço significativo na proteção dos direitos dos servidores públicos no Brasil, segue ele abaixo

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

VI - é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical;
VII - o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica; (Brasil, 1988).

Além do artigo 37, inciso VI, da Constituição Federal, que trata da sindicalização dos servidores públicos civis, existem outros dispositivos legais que regulamentam essa questão. Alguns deles são:

- Lei nº 7.783/1989 (Lei de Greve): Embora não trate diretamente da sindicalização, regula o exercício do direito de greve dos trabalhadores em geral, incluindo os servidores públicos, o que está relacionado com a atuação dos sindicatos (Brasil, 1989);
- Normas coletivas: Acordos, convenções coletivas e outros instrumentos normativos podem estabelecer regras específicas sobre a sindicalização dos servidores públicos, de acordo com a legislação vigente e as peculiaridades de cada categoria.

No contexto legislativo descrito, marcado por mudanças significativas na regulamentação sindical e na garantia de direitos dos trabalhadores, surge em 1990 o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Guanambi e Região. A criação desse sindicato está inserida em um período de transformações políticas e sociais no Brasil, refletindo a busca por melhores condições de trabalho e representatividade para os servidores públicos municipais. No próximo capítulo, será abordado mais detalhadamente o contexto econômico em que o SISPUMUR surgiu.

3 NEOLIBERALISMO E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA O SERVIÇO PÚBLICO

O SISPUMUR foi criado em 08 de março de 1990 (Ata do Sindicato, 1990), na virada dessa década, o mundo passava por transformações significativas. A queda do Muro de Berlim em 1989 e o fim da Guerra Fria reconfiguraram o cenário geopolítico, marcando o colapso do bloco soviético e o avanço da globalização. Esses eventos tiveram impacto direto na economia mundial, com a ascensão do neoliberalismo como ideologia dominante e a busca por políticas de livre mercado e privatizações.

O neoliberalismo, também chamado de capitalismo neoliberal por Noam Chomsky (1999), se fortaleceu após o fim da Guerra Fria devido a uma série de fatores. Com o colapso do bloco comunista e a ascensão do capitalismo como sistema predominante, houve uma sensação de vitória ideológica por parte dos defensores do liberalismo econômico. Além disso, as transformações tecnológicas e a globalização econômica abriram novas oportunidades para a expansão do mercado e a circulação de capitais, fortalecendo a visão neoliberal de livre mercado e menor intervenção estatal. A crise econômica em diversos países também contribuiu para a busca de novas soluções, e as políticas neoliberais foram apresentadas como alternativas para impulsionar o crescimento econômico e a eficiência produtiva (Carmo, 2013).

Nesse novo cenário político a “reconstrução capitalista ocidental envolveu um alto grau de institucionalização da economia em âmbito internacional, tendo como epicentro os Estados Unidos” (Carmo, 2013, p.7). Assim, os Estados Unidos da América - EUA, aumentaram ainda mais seu papel de líder global, e, devido à sua influência, difundiram seus modelos políticos e econômicos para outros países considerados importantes para seus interesses, em especial a América Latina.

3.1 CONTEXTO INTERNACIONAL E NACIONAL

O começo dos anos 1990 foi marcado por uma reconfiguração do Sistema Internacional, e a queda política e econômica do bloco soviético em 1991 marcou o início de uma era de consolidação dos Estados Unidos como potência hegemônica, pondo fim à ordem bipolar global (Santos, 2013). Além disso, na década de 1980, os EUA era um dos países mais abalados economicamente pela luta armamentista motivada pela Guerra Fria, portanto, era necessário abrir novos mercados para sustentar o déficit criado pelas transações com a Europa e com o

Japão, daí o grande empenho em incluir no mercado os países da América Latina. O autor ainda descreve que

Aos poucos, durante a década de 1990, os EUA foram estabelecendo os marcos fundamentais de sua supremacia [...] global, valendo-se para isso de manobras na ONU e na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), de posições unilaterais, de alianças bilaterais com países estratégicos, do enquadramento do poderio europeu e asiático, da neutralização da China e da Rússia e da anulação de projetos de qualquer país que pretendesse desafiar o poderio norte-americano. Em larga medida, a estratégia político-militar norte-americana tem procurado subordinar os exércitos do mundo todo às diretrizes dadas pelo Departamento de Defesa dos EUA (Santos, 2006, p.51).

O período pós-Guerra Fria criou uma pressão do governo norte-americano para que reformas econômicas fossem implementadas de acordo com as recomendações do Fundo Monetário Internacional - FMI nos países da América Latina, ou seja, que fossem implementadas estratégias de livre-mercado e o papel do Estado fosse reduzido (Andreas, 1995). Pouco a pouco, a economia neoliberal começou a ser disseminada nos países latino-americanos com o estímulo dos Estados Unidos, fortalecendo ainda mais sua posição hegemônica e tornando os países latino-americanos mais dependentes dos atores internacionais.

Com isso, a década de 1990 foi marcada pela adoção de políticas de ajuste estrutural em diversos países, sob orientação de organismos internacionais como o FMI e o Banco Mundial. Clara Algranati afirma que "o modelo neoliberal parecia se estender por toda a região latino-americana como um único horizonte e não havia conhecimento de suas crises" (Algranati, 2005, p. 208). Essas políticas visavam promover a estabilidade econômica e o desenvolvimento, mas frequentemente resultavam em medidas de austeridade que afetavam diretamente os trabalhadores, incluindo os servidores públicos.

Tais políticas, também conhecidas como receitas do Consenso de Washington (Williamson, 1990), foram um conjunto de medidas econômicas elaboradas em 1989 pelo Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e outros organismos internacionais para países em desenvolvimento ou em crise econômica. Bandeira afirma que

[...]celebrizado como o Washington Consensus, resumia-se na recomendação de que o Estado se retirasse da economia, quer como empresário quer como regulador das transações domésticas e internacionais, a fim de que toda a América Latina se submetesse às forças do mercado, o que viabilizaria ulteriormente a formação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), do Canadá à Terra do Fogo, tal como proposta pelo Presidente George Bush, como lançamento em 1990 da The Enterprise for the Americas Initiative (Bandeira, 2002, p. 136).

O autor ainda afirma que “constituiria condição fundamental para que os países da América Latina pudessem renegociar a dívida externa e recebessem qualquer recurso das agências financeiras internacionais” (Bandeira, 2002, p. 135), isso fez com que recaísse ainda mais pressão nos governos latino-americanos a adotarem tais políticas, sendo que o Brasil foi o último país a implementar essa ideologia neoliberal.

Algumas das principais medidas incluíam:

1. Estabilização macroeconômica: adoção de políticas para controlar a inflação e equilibrar as contas públicas, muitas vezes por meio de cortes de gastos e aumento de impostos;
2. Abertura econômica: redução de barreiras comerciais, como tarifas de importação, e promoção da liberalização do comércio internacional;
3. Privatizações: venda de empresas estatais para o setor privado, visando aumentar a eficiência e reduzir o tamanho do Estado na economia;
4. Desregulamentação: redução das regulamentações governamentais sobre o mercado, com o objetivo de estimular a competitividade e o investimento privado;
5. Flexibilização do mercado de trabalho: reformas para tornar o mercado de trabalho mais flexível, facilitando contratações e demissões e reduzindo a proteção dos trabalhadores.

Essas políticas eram frequentemente condicionadas à concessão de empréstimos ou assistência financeira pelos organismos internacionais, o que gerava críticas por parte de alguns setores da sociedade, especialmente de sindicatos e movimentos sociais, que viam essas medidas como prejudiciais aos direitos trabalhistas e sociais.

Elas visavam, muitas vezes, tornar o mercado de trabalho mais flexível, o que resultou na precarização das condições de trabalho, com redução de salários, aumento da informalidade e fragilização dos direitos trabalhistas. Além disso, a privatização de empresas estatais e a redução do papel do Estado na economia foram vistas como ameaças aos serviços públicos e aos direitos sociais, como educação, saúde e previdência.

Algranati diz que, referindo-se a América Latina,

[...]um grande número de povos e de geografias da região se viu sacudido por estes significativos momentos de confronto social que, em alguns casos, desencadearam profundas crises políticas que balançaram e até mesmo derrubaram governos que haviam tentado implementar privatizações, aumento de preços ou recortes salariais (Algranati, 2005, p. 208).

Conclui-se que a busca pela estabilização macroeconômica, por meio de cortes de gastos e aumento de impostos, muitas vezes resultou em recessão econômica e aumento do desemprego, afetando especialmente os trabalhadores mais vulneráveis.

A desregulamentação das leis trabalhistas e sociais também foi um ponto de preocupação, pois poderia levar a condições de trabalho mais precárias, com menos proteção aos trabalhadores em questões como jornada de trabalho e segurança no trabalho, Campana diz que "nesse sentido, o neoliberalismo defende um Estado minimizado em relação aos direitos sociais e trabalhistas" (Campana, 2000, p. 134). Essas políticas foram criticadas por sindicatos e movimentos sociais, que defendiam a necessidade de políticas que protegessem e promovessem os direitos trabalhistas e sociais, considerando as medidas de ajuste estrutural como favoráveis aos interesses do capital em detrimento dos direitos dos trabalhadores.

Isso prejudicou o servidor público civil, especialmente através de medidas de contenção de gastos e reformas administrativas que buscavam reduzir o tamanho e os custos do setor público. Isso muitas vezes resultava em congelamento de salários, cortes de benefícios, aumento da carga de trabalho, precarização das condições de trabalho e redução de investimentos em áreas essenciais como saúde, educação e segurança pública.

Além disso, a privatização de serviços públicos e a terceirização de atividades antes realizadas por servidores públicos podiam levar à perda de empregos e à precarização das condições de trabalho dos que permaneciam no serviço público. O objetivo dessas medidas era reduzir os gastos públicos e aumentar a eficiência do setor público, mas muitas vezes isso ocorria à custa dos direitos e da qualidade de vida dos servidores.

Embora a redução de gastos e o aumento da eficiência sejam objetivos importantes, é fundamental garantir que essas medidas não prejudiquem os direitos e a qualidade de vida do servidor público. Muitas vezes, a implementação de políticas de ajuste estrutural sem considerar o impacto social pode gerar desigualdades, instabilidade e insatisfação, o que pode prejudicar o funcionamento do setor público e a prestação de serviços à população (Pires, 2019).

Neste contexto, ficava evidente a redução de muitos direitos sociais. Isso também explica que a desregulamentação no direito trabalhista faz parte da estratégia neoliberal, ela busca reduzir o papel do Estado e, nesse sentido, desregulamentar os direitos. Ao mesmo tempo, a globalização intensificava a exploração dos mercados existentes e a busca de novos mercados, com o objetivo de manter a lógica capitalista de busca por lucro e acumulação.

A globalização facilitou a disseminação das políticas econômicas e sociais associadas ao neoliberalismo. Com a intensificação da interconexão entre os mercados globais, houve uma

maior pressão sobre os países para adotarem políticas que promoviam a abertura econômica, a redução do papel do Estado na economia e a flexibilização dos direitos trabalhistas. Essas políticas eram vistas como necessárias para atrair investimentos estrangeiros e promover o crescimento econômico (Campana, 2000). No entanto, essa abordagem também contribuiu para aumentar a desigualdade social e a precarização do trabalho, como já foi visto.

Dando continuidade, no Brasil, as políticas de ajuste estrutural implementadas durante a década de 1990, conhecidas como Plano Real, tiveram resultados mistos. Por um lado, o plano conseguiu estabilizar a economia e controlar a hiperinflação, trazendo benefícios como a melhoria da confiança dos investidores e o aumento do poder de compra da população. Por outro lado, essas políticas também tiveram impactos negativos, como o aumento do desemprego, a precarização das condições de trabalho e a redução dos investimentos em serviços públicos, o que afetou diretamente os servidores públicos civis. Assim, enquanto o plano foi bem-sucedido em alguns aspectos, também gerou desafios e problemas sociais que persistem até hoje.

Cabe destacar que em 1990, o Brasil ainda estava passando por um período de instabilidade econômica, que culminou em altas taxas de inflação. A moeda em circulação na época era o cruzeiro, que passou por diversas reformas monetárias ao longo da década de 1980 e início da década de 1990, devido à hiperinflação. O Plano Real, que introduziu o real como a nova moeda brasileira, foi implementado somente em 1994, quatro anos após a fundação do SISPUMUR.

Em suma, nesse período o Brasil passava por uma transição para a democracia após anos de regime militar que trouxe uma série de mudanças políticas e sociais. O país enfrentava uma grande instabilidade econômica, com altas taxas de inflação e desemprego, o que impactava diretamente a vida dos trabalhadores e servidores públicos.

Tendo em vista esse contexto, cabe adentrar mais especificamente no que consiste o neoliberalismo. Ele é uma corrente política e econômica que ganhou destaque a partir da década de 1970, buscando promover a liberdade econômica e reduzir a intervenção do Estado na economia. Surgiu como uma resposta às crises econômicas e ao crescimento do Estado de bem-estar social, defendendo a privatização de empresas estatais, a redução de impostos, a flexibilização das leis trabalhistas e a diminuição dos gastos públicos.

Harvey define que

O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos à propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, de polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados (Harvey, 2005, p. 2).

Dando continuidade, essa ideologia teve grande influência de pensadores como Friedrich Hayek (1994) e Milton Friedman (1962), que argumentavam que a intervenção estatal na economia era prejudicial ao desenvolvimento econômico e à liberdade individual. O neoliberalismo foi adotado por diversos países ao redor do mundo, especialmente a partir dos anos 1980, com os governos de Ronald Reagan nos Estados Unidos e de Margaret Thatcher no Reino Unido.

No contexto latino-americano, o capitalismo neoliberal foi amplamente implementado a partir dos anos 1980 e 1990, influenciando políticas econômicas e sociais em países como o Brasil. Essas políticas muitas vezes resultaram em privatizações, cortes de gastos sociais e reformas trabalhistas, impactando diretamente os trabalhadores e os sindicatos. Martinez e Oliveira argumentam que

As características intrínsecas a este paradigma são a redemocratização dos países que estiveram sob regimes autoritários, uma nova relevância dos Direitos Humanos nas políticas públicas internas e o liberalismo econômico contemplado na abertura do comércio local ao global. Desta forma, houve uma substituição da visão centro e periferia, que era defendida pelo paradigma desenvolvimentista, para um mundo unificado pelo capitalismo (Oliveira; Martinez, 2016, p. 71).

O Chile foi um dos primeiros países a adotar políticas econômicas neoliberais sob a ditadura de Augusto Pinochet a partir de meados da década de 1970. Essas políticas incluíram a privatização de empresas estatais, a liberalização comercial e financeira, e cortes nos gastos sociais. A Argentina, no início da década de 1990, o país implementou um plano de convertibilidade que fixou a taxa de câmbio em paridade com o dólar dos EUA, como parte de um pacote de medidas neoliberais. Isso resultou em uma crise econômica grave no final da década de 1990 e início dos anos 2000. O México implementou uma série de reformas neoliberais a partir da década de 1980, incluindo a abertura da economia ao comércio internacional, privatizações e redução dos gastos públicos (Algranati, 2005).

Outros países latino-americanos também passaram por essa onda neoliberal, como o Peru, que durante a década de 1990, implementou um programa de reformas econômicas conhecido como *Fujishock*, em referência ao presidente Alberto Fujimori. Esse programa incluiu privatizações, liberalização econômica e medidas de austeridade. O Equador implementou políticas neoliberais, incluindo a privatização de empresas estatais e a adoção do dólar dos Estados Unidos como moeda oficial. Colômbia e Uruguai também adotaram políticas neoliberais, incluindo a privatização de empresas estatais, reformas no sistema previdenciário e abertura da economia ao comércio internacional (Algranati, 2005). Uma das consequências disso tudo é que

Os métodos neoliberais criaram o terceiro mundo, e, nos últimos 30 anos, eles levaram a desastres na América Latina e no sul da África, os locais que aderiram mais rigorosamente a eles. Mas houve crescimento e desenvolvimento no Leste Asiático, região que não os seguiu, seguindo, ao invés, o modelo dos próprios países ricos atuais (Chomsky, 2007).

O Brasil também passou por um período de intensas reformas neoliberais, especialmente durante o governo do presidente Fernando Collor de Mello (1990-1992), Itamar Franco (1992-1994), e, posteriormente, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Essas reformas foram marcadas por medidas de privatização de empresas estatais, abertura comercial, desregulamentação da economia e redução do papel do Estado. As principais causas para a aderência a essas reformas se encontra no endividamento externo do país e no desequilíbrio fiscal causado pelo "Milagre Econômico". Entretanto, houve também consequências para o Brasil,

Enquanto, entre os países ricos, as reformas neoliberais foram efetivas em reduzir salários, aumentar a competitividade e facilitar a retomada do desenvolvimento daqueles países que as adotaram, entre os países de desenvolvimento médio, como se poderia esperar, o resultado foi inverso: desenvolveram-se aqueles que não aceitaram as reformas, como China e Índia; semi-estagnaram aqueles que as aceitaram, como Brasil e Egito. Lá, as reformas resolviam no curto prazo um problema efetivo; aqui, principalmente a abertura financeira e a busca de capitais externos desorganizaram as economias nacionais (Bresser-Pereira, 2005).

Cabe ressaltar que antes de Fernando Collor de Mello assumir a presidência em 15 de março de 1990, o presidente do Brasil era José Sarney, que, embora tenha enfrentado uma série de desafios econômicos e políticos, não foi marcado por uma relação conflituosa com os sindicatos. Sarney assumiu a presidência durante um período de transição política, após o fim

do regime militar, e seu governo foi caracterizado por tentativas de estabilização econômica e abertura política. No entanto, o contexto econômico e as demandas sociais da época contribuíram para um aumento das mobilizações sindicais e populares, especialmente diante da crise econômica e dos problemas sociais enfrentados pelo país. Em 1989 tentou-se implantar o Plano Verão, uma das tentativas de Sarney para combater a inflação que já trazia consigo cartilhas neoliberais,

O Plano Verão, de 1989, já tinha diversos apelos claramente neoliberais. A proposta de privatização de empresas estatais, o controle do crédito para evitar inflação, o corte de gastos públicos com a exoneração de funcionários contratados nos cinco anos anteriores ao pacote, a política de desembolsos estatais vinculados à arrecadação, a extinção dos Ministérios da Habitação e Bem-Estar Social, da Reforma e Desenvolvimento Agrário, da Irrigação, da Ciência e Tecnologia e da Administração, tudo isso acenava claramente para as cartilhas das Instituições Financeiras Internacionais. Por sua vez, a questão da dívida externa, problema grave de nossa balança de pagamentos, passou ao largo das medidas adotadas neste plano (Silveira, 2009, p. 78).

É inadequado rotular o governo Sarney de forma simplista como neoliberal. Embora tenha desempenhado um papel importante na reabertura política, sua gestão econômica foi inconsistente e desastrosa. Sarney tentou ressuscitar aspectos do desenvolvimentismo² do regime em um novo contexto nacional e internacional. Os conflitos entre o neoliberalismo e o desenvolvimentismo surgiram durante seu governo, mas ele enfrentava problemas de legitimidade política, o que limitava sua capacidade de definir claramente um rumo econômico para o país.

Retomando a proposta, o governo Collor foi marcado por um único plano econômico conhecido como Plano Collor, implementado em 1990. Este plano foi dividido em duas etapas, o Plano Collor I, lançado em março de 1990, e o Plano Collor II, em janeiro de 1991. O Plano Collor I ficou conhecido pela confiscação de poupanças e a mudança da moeda, enquanto o Plano Collor II teve medidas complementares para tentar controlar a inflação e estabilizar a economia.

O Plano Collor I trouxe em uma de suas medidas o confisco de poupanças acima de um determinado valor, que gerou grande impacto negativo na população. Milhões de brasileiros perderam suas economias da noite para o dia, o que resultou em protestos e manifestações por

² O desenvolvimentismo no Brasil foi uma estratégia econômica adotada principalmente entre as décadas de 1930 e 1980, focada na rápida industrialização e modernização do país. Caracterizava-se pela forte intervenção estatal na economia, com investimentos maciços em infraestrutura e criação de indústrias de base, visando transformar o Brasil de uma economia agrária exportadora de produtos primários em uma nação industrializada e autossuficiente.

todo o país. Além do confisco de poupanças, ele também incluiu o bloqueio de ativos financeiros e a mudança da moeda de cruzeiro para cruzado novo. Essas medidas, no entanto, não foram capazes de controlar a inflação de forma eficaz. A economia brasileira enfrentou instabilidade e dificuldades de recuperação, enquanto o governo Collor foi duramente criticado pela forma autoritária com que implementou o plano, sem diálogo com a sociedade e sem medidas de proteção aos mais vulneráveis.

O plano incluiu medidas de reestruturação administrativa que resultaram em cortes de pessoal em diversos setores da administração pública. Essas demissões, somadas ao congelamento de salários e às dificuldades econômicas enfrentadas pelo país na época, tiveram um impacto significativo nos servidores públicos, muitos dos quais perderam seus empregos ou enfrentaram instabilidade em seus empregos. Silveira diz que

A rápida demonstração de que o plano não dera certo levou o governo a lançar uma segunda fase, em maio de 1990, quando a prefixação dos salários foi abandonada e foi decretado o fim de qualquer indexação. Em substituição, se estipulou, bem ao gosto neoliberal, uma meta: 9% de crescimento da base monetária no segundo semestre. Esta segunda fase do Plano Collor, iniciada em 15 de maio, baseou-se na estratégia da recessão e da redução do valor real dos salários para enfrentar a inflação (Silveira, 2009, p. 86).

O Plano Collor II foi implementado em 1991, como continuação das medidas de combate à inflação iniciadas no Plano Collor I. Uma das principais medidas foi também o confisco de poupanças acima de um determinado valor, com o objetivo de congelar recursos e reduzir a liquidez da economia, além disso o cruzado novo foi substituído pelo cruzeiro. Isso gerou uma série de impactos negativos, especialmente para os servidores públicos. Muitos servidores, que tinham suas economias depositadas em poupanças, sofreram com a perda desses recursos. Além disso, o plano trouxe um período de recessão econômica, aumento do desemprego e queda no poder de compra, afetando diretamente a qualidade de vida dos servidores públicos.

Ele também teve impactos negativos no funcionalismo público, com o congelamento de salários e cortes de gastos públicos. Isso resultou em precarização dos serviços públicos, dificuldades financeiras para os servidores e aumento da insatisfação e mobilização sindical. O plano foi criticado por sua falta de efetividade no combate à inflação e por ter gerado uma crise econômica e social que afetou diretamente os servidores públicos e a população em geral. As medidas adotadas durante esses planos, como o congelamento de salários e a demissão de servidores, atingiram os funcionários públicos em todas as esferas de governo.

Destaca-se que a demissão de servidores públicos no Brasil é um processo complexo e está sujeita a regras específicas estabelecidas pela Constituição Federal e pela legislação trabalhista. Em situações excepcionais, como em períodos de crise econômica, o governo pode adotar medidas de redução do quadro de pessoal por meio de programas de demissão voluntária, congelamento de contratações ou até mesmo demissões compulsórias, desde que respeitando os direitos e garantias dos servidores previstos em lei. Essas ações devem ser fundamentadas e justificadas, seguindo os princípios da administração pública, como a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Os direitos dos servidores públicos não foram respeitados durante os planos Collor devido às medidas de ajuste econômico adotadas pelo governo na tentativa de combater a inflação e estabilizar a economia. Essas medidas incluíam a demissão de servidores públicos como forma de reduzir os gastos com a folha de pagamento do setor público. Além disso, houve também a desvalorização salarial, com cortes nos vencimentos e congelamento de reajustes, impactando diretamente a qualidade de vida e a estabilidade financeira desses trabalhadores. O contexto de crise econômica e as políticas de austeridade implementadas foram os principais motivos para a falta de respeito aos direitos dos servidores durante esse período. Silveira ainda descreve que

Os objetivos estratégicos do Plano Collor estavam sintonizados com as recomendações do Consenso de Washington (...) Tais medidas giravam em torno de três eixos principais: a retirada do Estado das atividades econômicas; a liberalização dos mercados nacionais à importação de bens e serviços e à entrada de capitais de risco; e a obtenção da estabilidade monetária, por meio do combate intransigente à inflação, ainda que à custa de recessão, aumento do desemprego, contenção salarial e diminuição dos investimentos públicos na área social (Silveira, 2009, p. 91).

Dessa forma, nota-se que o Plano Collor foi um programa de estabilização que se baseava em princípios monetaristas e conservadores, com o objetivo de conter a inflação e, ao mesmo tempo, iniciar um processo de ajuste estrutural neoliberal na economia brasileira. Esse ajuste não se limitava apenas a medidas de combate à inflação e recessão, mas também incluiu a privatização de empresas estatais e a abertura da economia ao mercado internacional, sendo esses elementos cruciais para a estratégia neoliberal de desenvolvimento.

Quem assume após ele é Itamar Franco que chegou à presidência da República devido ao impeachment de Fernando Collor de Mello. Collor foi afastado do cargo em 29 de dezembro de 1992, após um processo de impeachment conduzido pelo Congresso Nacional, em

decorrência de denúncias de corrupção. Com o afastamento de Collor, Itamar, que era vice-presidente, assumiu a presidência, dando início a um novo período na política brasileira.

Em 14 de junho 1993, Fernando Henrique Cardoso, então novo ministro da fazenda de Itamar, divulgaria o Plano de Ação Imediata – PAI, fincando os princípios do que viria a ser o Plano Real (Silveira, 2009). O plano contaria com a reestruturação das finanças públicas que seria alcançada por meio de várias medidas. Primeiro, seria necessário reduzir os gastos públicos e torná-los mais eficientes. Em seguida, era crucial aumentar a arrecadação tributária. Além disso, era essencial resolver a inadimplência de Estados e Municípios em relação às suas dívidas com a União. Também seria fundamental controlar e fiscalizar rigorosamente os bancos estaduais, assim como sanear os bancos federais. Por fim, a privatização de empresas estatais era vista como uma medida importante nesse processo de recuperação financeira. Em relação à moeda, em 1º de agosto de 1993 o governo transformou o então cruzeiro em cruzeiro real.

Seu governo foi marcado por uma série de desafios e crises, mas também por importantes medidas econômicas e políticas. Ele assumiu a presidência em meio a uma grave crise política e econômica, decorrente do impeachment de Collor, e teve que lidar com a hiperinflação que assolava o país. Durante seu governo, foi implementado o Plano Real em 1994 sob a coordenação do então ministro da fazenda, Fernando Henrique Cardoso, e de sua equipe econômica, tal plano estabilizou a economia brasileira e controlou a inflação.

Além disso, Itamar Franco promoveu a abertura política e a democratização do país, fortalecendo as instituições democráticas. No entanto, seu governo também foi marcado por escândalos e crises políticas, como a renúncia de ministros e conflitos com o Congresso Nacional. Em resumo, o governo de Itamar Franco foi marcado por avanços significativos, especialmente no campo econômico, mas também por desafios e controvérsias.

Já no governo de Fernando Henrique Cardoso, as reformas neoliberais foram continuadas e aprofundadas, dando prosseguimento a implementação do Plano Real de 1994, visando controlar a inflação e estabilizar a economia. Além disso, foram realizadas privatizações em diversos setores, como telecomunicações, energia e siderurgia, e foram adotadas medidas de flexibilização das leis trabalhistas e previdenciárias. “No governo Fernando Henrique Cardoso, o neoliberalismo é aplicado integralmente[...], aumento das taxas de juros e abertura ao mercado internacional, criando elevados níveis de desemprego” (Campana, 2000, p. 135), ou seja, essas políticas tiveram impactos significativos na economia e na sociedade brasileira, com efeitos como a redução do papel do Estado na economia, o

aumento da desigualdade social, a precarização do trabalho e a fragilização dos sindicatos e dos direitos trabalhistas.

Diante do contexto apresentado, é possível concluir que, em 1990, o cenário internacional, latino-americano e nacional não favorecia a criação do SISPUMUR. As políticas neoliberais predominantes na América Latina, com sua ênfase na redução do papel do Estado na economia e nas relações de trabalho, criavam um ambiente desafiador para a formação de sindicatos, especialmente no setor público. Além disso, a instabilidade política e econômica no Brasil, marcada pela transição entre os governos Sarney e Collor, tornava ainda mais complexa a organização sindical e a defesa dos direitos dos trabalhadores, dificultando o surgimento de um sindicato.

Apesar dos desafios e do contexto desfavorável, a criação do SISPUMUR foi motivada pela necessidade de os servidores públicos municipais de Guanambi e região se organizarem para enfrentar as condições adversas de trabalho e as políticas que impactavam negativamente seus direitos e condições de vida. A falta de representatividade específica para esses trabalhadores, somada à busca por melhores condições de trabalho e salário, foi um dos principais motores para a fundação do sindicato. Além disso, o momento de abertura política e a crescente mobilização social no país contribuíram para que os servidores se sentissem encorajados a buscar sua organização sindical como forma de fortalecimento e proteção de seus interesses.

3.2 CONTEXTO ESTADUAL E MUNICIPAL

O período de 1970 a 1990 na história política da Bahia foi marcado por transformações significativas, tanto no cenário nacional quanto estadual. Sob o regime militar que se instaurou em 1964, a Bahia vivenciou um contexto de repressão política e controle autoritário, com impactos profundos em sua estrutura econômica, social e política. Nesse período, destacam-se os governos de Antônio Carlos Magalhães – ACM, figura emblemática da política baiana, que exerceu influência dominante na cena política estadual.

De início cabe ressaltar que Antônio Carlos foi considerado um político com resquícios coronelistas, especialmente em seus primeiros anos de carreira política. O coronelismo refere-se a um sistema político característico do Brasil durante a República Velha, em que os chamados “coronéis” exerciam grande influência política em suas regiões de atuação, controlando recursos e utilizando práticas clientelistas e paternalistas para garantir apoio

político (Almeida; Jonas, 2004). ACM foi associado a essas práticas por sua forte influência política na Bahia.

Adentrando-se agora especificamente nos governadores que atuaram nesse período, Antônio Carlos Magalhães em 1970 foi indicado pelo regime militar para ser governador do estado da Bahia pela primeira vez pela Aliança Renovadora Nacional – ARENA. Aline Farias de Souza ressalta dois aspectos do que ficou conhecido como “carlismo”, termo cunhado para descrever o fenômeno político dominado por ACM e seu grupo político na Bahia,

Do ponto de vista do moderno, o carlismo caracterizou-se pela defesa do desenvolvimento do capitalismo nacional, sobretudo, através da industrialização, ofertando incentivos fiscais para atrair empresas, valorizando a gestão tecnocrática e relacionando-se pragmaticamente com o campo político de cunho liberal. Já na perspectiva conservadora, o carlismo é marcado pelo autoritarismo, através do qual uma visão personalista e vertical de comando prevalece sobre os conflitos típicos do pluralismo político e pelo mandonismo, ao operar com uma prática política “afeita à mistura entre afetos públicos e privados” na qual fortalece pequenos e grandes poderes pessoais, ampliando as possibilidades de suas ações na domínio público (Souza, 2019, p. 2).

No seu primeiro mandato como governador, iniciado em 1970 e finalizado em 1975, ele adotou uma política que se caracterizou pela modernização administrativa e pela promoção do desenvolvimento econômico do estado. ACM implementou medidas para atrair investimentos, principalmente nas áreas de infraestrutura, indústria e turismo, visando impulsionar o crescimento econômico e reduzir as desigualdades regionais. Ele também promoveu ações na área social, como a expansão da rede de saúde e educação, além de investimentos em obras públicas e programas de habitação.

As principais críticas contra Antônio Carlos durante seu primeiro mandato como governador da Bahia estavam relacionadas principalmente à sua postura autoritária e centralizadora, que gerava insatisfação em setores da sociedade e da classe política. ACM foi acusado de concentrar o poder nas mãos de poucos aliados políticos, adotando práticas clientelistas e pouco democráticas. Além disso, houve críticas em relação à falta de transparência em algumas decisões administrativas e à suposta utilização de recursos públicos para beneficiar interesses privados ligados ao seu grupo político (Almeida; Jonas, 2004). Essas questões alimentaram o debate político e contribuíram para o surgimento de oposição ao seu governo, tanto dentro do estado quanto em âmbito nacional.

Logo após terminar seu mandato como governador, Antônio Carlos foi nomeado em 1975 pelo então presidente da República Ernesto Geisel para a presidência da Eletrobrás-

Centrais Elétricas Brasileiras S.A. O governo de Roberto Santos, que sucedeu Antônio Carlos Magalhães em 1975, foi marcado por uma série de tentativas voltadas para o desenvolvimento econômico e social da Bahia. Santos procurou dar continuidade a programas de governo anteriores, buscando fortalecer a infraestrutura do estado, especialmente nas áreas de saúde, educação e transporte. Ele também buscou promover políticas de incentivo ao setor agrícola e industrial, visando impulsionar a economia baiana (Silva, 2012; Souza, 2008).

Entretanto, enfrentou críticas principalmente relacionadas à sua gestão administrativa e à condução de políticas públicas. Algumas das críticas incluíam a falta de eficiência na administração estadual, a lentidão na realização de obras e programas sociais, bem como questionamentos sobre a transparência e a honestidade na gestão dos recursos públicos. Além disso, Santos foi alvo de críticas por parte de grupos políticos que se opunham à sua administração, que o acusavam de não representar adequadamente os interesses do estado. Seu governo encerrou em 15 de março de 1979 (Silva, 2012; Souza, 2008).

Em 1978, ACM foi novamente eleito governador da Bahia por meio de um colégio eleitoral. Governou o Estado entre os anos de 1979 e 1983. Nesse segundo mandato ele consolidou ainda mais o chamado “carlismo”, retomando a esse fenômeno, cabe destacar que ele foi marcado pela predominância do grupo político liderado por Antônio Carlos, que se manteve no poder através de alianças políticas e controle de importantes setores da máquina pública. Assim, além de destacar a continuidade das características de sua gestão, é importante ressaltar que essa forma de política se tornou um fenômeno político singular na Bahia, caracterizado pela centralização do poder em torno de ACM e pela influência duradoura de sua família na política local (Souza, 2019).

Assim como no primeiro mandato, ACM manteve uma gestão centralizadora e personalista, concentrando grande parte das decisões administrativas e políticas em suas mãos. Além disso, seu governo continuou marcado pela ênfase em obras de infraestrutura e pela busca por modernização da administração pública, aspectos que já haviam sido iniciados no primeiro mandato.

Em 1982 ocorreram novas eleições, ACM escolheu seu sucessor e apoiou sua campanha,

Após sondar caciques regionais do PDS e o Palácio do Planalto, ACM escolheu uma semana depois do desastre quem disputaria o Palácio de Ondina: o deputado João Durval Carneiro. Como vice na sua chapa, Edvaldo Flores, político de Vitória da Conquista, cidade do interior. Num ritmo acelerado, a campanha de João Durval realizou comícios e concentrações na capital, onde o PMDB era mais forte, e em redutos eleitorais de cidades do interior. Em tempos de vinculação total do voto, abertas as urnas no dia 15 de novembro, Antônio Carlos conseguiu fazer o seu sucessor: o novo candidato do PDS acabou derrotando a oposição, o candidato do PMDB, Roberto Santos (O Globo, 2014).

O governo de João Durval Carneiro, que se iniciou em 1983 e finalizou em 1987, foi marcado por uma série de mudanças e reformas significativas para a Bahia. Durante sua gestão, houve um foco especial na melhoria da infraestrutura urbana e rural, com investimentos em estradas, saneamento básico e habitação. Além disso, sua administração priorizou políticas sociais, buscando melhorar a qualidade de vida da população mais carente, com a implementação de programas de saúde, educação e assistência social. Durval também foi reconhecido por sua postura democrática e dialogante, buscando sempre o consenso e a participação popular nas decisões do governo. No entanto, seu mandato enfrentou desafios, como a crise econômica nacional e a necessidade de medidas de austeridade para equilibrar as contas públicas (Almeida, 2015).

Nesse interim, em 1985, ACM foi nomeado pelo presidente José Sarney para o cargo de Ministro das Comunicações. Permaneceu no cargo até março de 1990, quando se licenciou para disputar, desta vez por meio de eleições diretas, o governo da Bahia. Foi eleito no primeiro turno. Mas antes dele voltar ao poder, em 1987 quem assume o governo da Bahia é Waldir Pires, tendo como vice Nilo Augusto Moraes Coelho, após enfrentar nas eleições de 1986 o candidato apoiado por Antônio Carlos e por João Durval, o jurista Josaphat Marinho do Partido da Frente Liberal - PFL, com sua base conservadora, era visto como o partido da elite e dos setores mais tradicionais da sociedade baiana do qual ACM era uma das lideranças.

Waldir Pires liderava a coligação “A Bahia Vai Mudar” (PMDB, PCB, PC do B e PSC, com apoio crítico do PT, PDT e PSB). Tradicional liderança política no estado, Waldir representava a união das oposições. A aliança construída pelo candidato foi bastante ampla e teve Nilo Coelho como concorrente ao cargo de vice-governador. Ex-prefeito de Guanambi, no interior do estado, Nilo tinha rompido com o grupo político de ACM. A campanha eleitoral de Waldir utilizava a “mudança” como lema. O candidato fazia um discurso pautado na realização de um governo democrático. Com esta perspectiva, publicou no dia 27 de julho de 1986, o manual intitulado “Propostas de um Governo Democrático para Mudar a Bahia”. No texto era apresentada a necessidade da mudança de governo e como o grupo liderado por Waldir Pires pretendia trabalhar nas diversas áreas administrativas (Santos, 2006, p. 2).

A escolha de Nilo Coelho como candidato a vice-governador também foi estratégica, pois ele era um ex-prefeito de Guanambi que havia rompido com o grupo político de ACM, mostrando uma frente unida contra o governo vigente. Essa aliança refletiu a busca por mudanças e a insatisfação com a gestão anterior, representando uma tentativa de renovação da política estadual.

A proposta de mudança de governo, aliada ao forte apoio conquistado e ao contexto político da época, resultou em uma ampla vitória para Waldir Pires. Uma mensagem de mudança ressoou entre os baianos, levando a coligação "A Bahia Vai Mudar" a uma vitória histórica, com 60,3% dos votos em todo o estado e 76% na capital (Santos, 2006). Esses números demonstram a força e a acessibilidade da proposta de renovação política apresentada pela coligação. Além disso,

[...] a conjuntura econômica daquele momento também favoreceu o candidato Waldir Pires. Naquela eleição de 1986, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, partido de Waldir e do presidente José Sarney, venceu as eleições para governador em 22 dos 23 estados da nação (Santos, 2006, p. 5).

Essa mudança de cenário, com a derrota do candidato apoiado por ACM para Waldir Pires, representa um momento de transição política na Bahia. Demonstrou a insatisfação da população com o *status quo* e a busca por mudanças nas estruturas de poder, além de refletir a capacidade de mobilização e articulação política das forças opositoras ao grupo de Antônio Carlos. A vitória de Waldir Pires simbolizou um possível novo capítulo na história política do estado, marcado pela alternância de poder e pela esperança de uma gestão mais progressista e democrática.

Essa vitória representou um novo momento político no estado, com a ascensão de uma liderança que prometia mudanças e uma postura mais favorável aos trabalhadores e sindicatos. Isso gerou expectativas e mobilizações no meio sindical, que passou a ter uma perspectiva mais otimista em relação às suas demandas e à possibilidade de diálogo com o governo estadual.

Entretanto, durante esse período, a Bahia enfrentava dificuldades em linha com as do país como um todo. Os indicadores econômicos do estado refletiam os do cenário nacional. A relação política entre o governo da Bahia e a administração federal estava se distanciando cada vez mais. Em 1989, Waldir Pires já expressava preocupação com uma suposta "política de retaliação adotada pelo governo federal" (Souza, 1987 *apud* Santos, 2006, p. 8) em relação ao estado. Esse sentimento reforçava a percepção de que, apesar de ter sido ministro da previdência no governo e membro do mesmo partido de Sarney, Waldir não desfrutava de prestígio político

junto ao presidente. Por outro lado, ACM, adversário político de Waldir na Bahia e ministro das comunicações no Governo Federal, parecia estar em uma situação oposta, com maior influência e apoio do governo central.

O cenário socioeconômico e político era instável na época. Houve várias greves de servidores estaduais e uma onda de assaltos a bancos na capital e no interior do estado (Santos, 2006). Em maio de 1989, Waldir Pires renunciou ao governo da Bahia para concorrer à vice-presidência da República na chapa liderada por Ulisses Guimarães do PMDB nas eleições presidenciais de novembro do mesmo ano. Quem assumiu o governo baiano nesse momento foi Nilo Moraes, que já havia sido vereador e prefeito da cidade em que nasceu, Guanambi, também já havia sido presidente da União dos Prefeitos da Bahia - UPB.

Nilo confirma seu compromisso com os planos de ação do governo de Waldir, mas deixa claro que “era natural e mesmo inevitável que se manifestassem as diferenças no estilo pessoal de governar” (Coelho, 1989 *apud* Santos, 2006, p. 9). As diferentes posições políticas entre Nilo Coelho e Waldir Pires foram evidenciadas no segundo turno das eleições presidenciais de 1989. Enquanto Waldir apoiou o candidato Luiz Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores - PT, Nilo Coelho, recém-empossado governador, manifestou apoio à candidatura de Fernando Collor de Melo.

Isso mostra a dinâmica do jogo político na Bahia, pois, Nilo Coelho, durante sua gestão como governador da Bahia entre 1987 e 1991, foi frequentemente associado a aspectos do coronelismo, embora de forma mais sutil e adaptada aos novos tempos. Esse fenômeno pode ser observado em sua relação com o poder local, especialmente em áreas do interior do estado, onde ainda persistiam estruturas políticas tradicionais. Cabe destacar aqui esse conceito, em que

Mandonismo, coronelismo, privatismo, familismo, clientelismo e muitos outros conceitos são utilizados para designar a interferência do poder privado no domínio público. Muitas vezes utilizados como sinônimos das manifestações do poder privado no Brasil, tais conceitos são constantemente revisitados por historiadores, sociólogos e cientistas políticos, que reiteram a atualidade do tema e a necessidade de analisar as especificidades regionais não só no sentido de recuperar as histórias locais, mas também de exercer um “continuar” da história, algumas vezes, esquecida nas grandes sínteses. Esses conceitos, referentes a um mesmo fenômeno [...] De um lado, estão os autores que atribuem grande importância ao poder local como microesfera da estrutura político-administrativa do Estado; de outro, tem-se uma abordagem clássica do poder central visto em seu caráter progressivamente forte e centralizador (Ivo, 2003, p. 1).

Esse trecho destaca a complexidade das relações entre o poder público e privado no Brasil, utilizando uma variedade de termos para descrever essas interações, como mandonismo, coronelismo, privatismo, familismo e clientelismo. Esses conceitos refletem diferentes aspectos do fenômeno em questão, mostrando como o poder privado muitas vezes exerce influência sobre o domínio público, esses conceitos se mostraram presentes nessa região trabalhada durante esse período.

Nilo, ao assumir o governo, manteve uma proximidade estratégica com lideranças regionais e políticos locais influentes, que muitas vezes eram vistos como representantes modernos dos antigos coronéis, mas com a nova roupagem do chamado “clientelismo”. Essa relação simbiótica, garantiu a Nilo uma base política sólida e uma rede de apoio que facilitava a implementação de suas políticas e projetos, entretanto esses aspectos eram mais destacados nos âmbitos municipais, principalmente na sua cidade natal, já que no governo estadual ele não era tão prestigiado assim.

Fato que ele tinha esperanças de que o novo presidente dedicasse mais atenção à Bahia. No entanto, em seu último relatório de governo, ele destacou que é “a Bahia, duramente discriminada ao longo de todo o governo José Sarney, tampouco recebeu favores ou benesses da União, neste primeiro ano do Governo Collor” (Coelho, 1990 *apud* Santos, 2006, p. 9). Assim, evidenciou-se um governo carente de habilidade administrativa e política para conduzir a gestão pública em meio às crises frequentes que afetavam o país e se refletiam na Bahia.

Fundar um sindicato em um contexto em que o governador era associado à prática autoritárias e clientelistas, e em meio a um cenário nacional de ascensão do neoliberalismo certamente apresentava desafios significativos. Os resquícios advindos do coronelismo como as práticas políticas clientelistas e patrimonialistas, dificultavam a organização sindical, já que os líderes sindicais poderiam enfrentar resistência ou até mesmo perseguição por parte do governo estadual, que historicamente buscava manter seu controle sobre as estruturas de poder locais.

Além disso, o contexto neoliberal, com sua ênfase na redução do papel do Estado na economia e na sociedade, impactava negativamente a fundação de um sindicato, já que as políticas neoliberais muitas vezes visavam enfraquecer os sindicatos e reduzir sua influência, especialmente no setor público. Nesse sentido, o governo estadual poderia adotar medidas que dificultassem a organização sindical, como restrições legais ou ações para deslegitimar o movimento sindical.

Dessa forma, a fundação de um sindicato em um contexto como esse exigiu não apenas esforços de mobilização e organização por parte dos trabalhadores, mas também estratégias para lidar com as possíveis resistências e obstáculos impostos pelo governo estadual e pelas políticas neoliberais em vigor. Nesse contexto, será analisado agora o cenário municipal desse período, esfera a qual influenciou e dificultou diretamente a fundação do SISPUMUR.

Dando prosseguimento, em relação ao aspecto municipal a cidade de Guanambi teve sua origem como um pequeno povoado em 1870, às margens do Rio Carnaíba de Dentro, em terras doadas pelo fazendeiro Joaquim Dias Guimarães para a construção da Igreja Católica de Santo Antônio, de início o local chamava-se Arraial Beija Flor. A Lei Provincial nº 1979, de 23 de junho de 1880 constituiu o distrito de "Paz de Beija-Flor", subordinado ao município de Monte Alto. A Lei Estadual nº 1364 de 14 de agosto de 1919 constituiu a municipalidade nomeada Guanambi, sendo desmembrada de Monte Alto. Em 1920 consolidou-se a nomeação do distrito sede de Guanambi (IBGE, 1958).

Após uma série de mudanças de distritos, atualmente, a municipalidade de Guanambi é formada por quatro distritos: Mutans, Ceraíma, Morrinhos e Guanambi, que é o distrito sede (IBGE, 2019c). A tabela a seguir apresenta especificamente os prefeitos que estiveram à frente da Prefeitura Municipal de Guanambi entre os anos de 1970 até 2000:

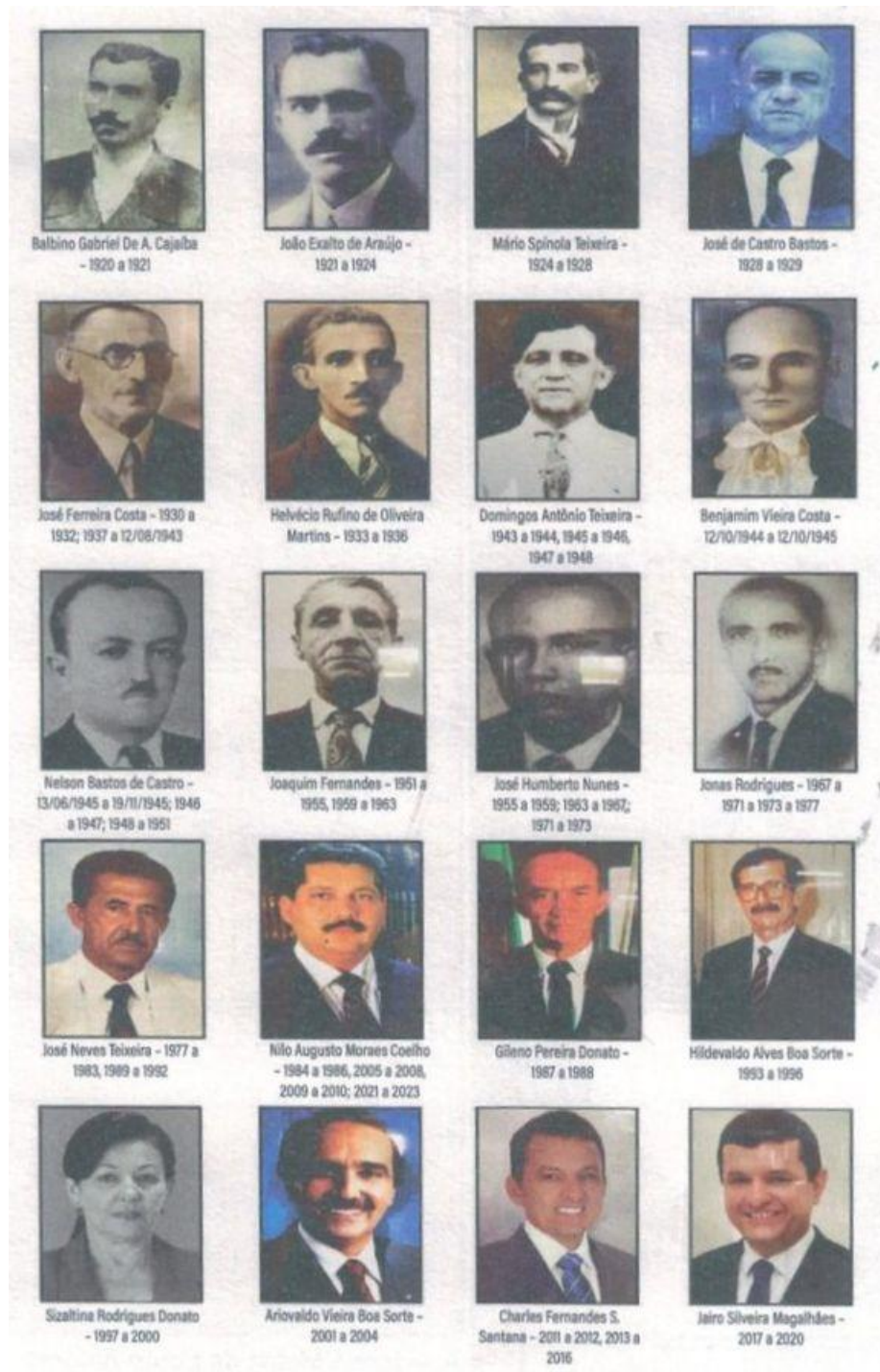
Tabela 1. Prefeitos de Guanambi de 1971 a 2000

PREFEITO	PERÍODO
José Humberto Nunes	1971 a 1973
Jonas Rodrigues	1973 a 1977
José Neves Teixeira	1977 a 1983
Nilo Coelho	1984 a 1986
Gileno Donato	1987 a 1988
José Neves Teixeira	1989 a 1992
Hidevaldo Alves	1993 a 1996
Sizaltina Donato	1997 a 2000

Fonte: Teixeira e Teixeira, 2018.

Já teve no total 21 prefeitos/intendentes, a imagem abaixo consta alguns dos principais nomes:

Figura 1. Intendentes e Prefeitos de Guanambi de 1920 - 2020



Fonte: Teixeira e Teixeira, 2019.

Em cidades do interior do Nordeste, como Guanambi-BA nas décadas de 1980 e 1990, era comum encontrar um cenário político também marcado por resquícios do coronelismo justamente em certas práticas autoritárias de alguns gestores. Lembrando que o coronelismo se referia à influência de líderes políticos locais, muitas vezes proprietários de grandes terras, que

exerciam forte controle sobre a população e as instituições locais. Esses líderes costumavam garantir votos em troca de favores e benefícios, estabelecendo uma relação de dependência com os eleitores. O clientelismo, por sua vez, era a prática de troca de votos por vantagens pessoais, como empregos públicos, assistência social ou favores políticos. Mayra Poubel comenta que

As relações de troca ocorrem diretamente entre os políticos e os diversos segmentos da população, por exemplo, quando graças ao seu poder de influência no Poder Executivo, os deputados podem conseguir empregos e serviços públicos para serem utilizados como moeda de troca para obtenção de votos. [...] houve um crescimento do clientelismo, pois não sendo mais atores políticos com papel destacado para o governo, os antigos chefes políticos locais não eram mais essenciais no jogo político de troca de favores. [...] O clientelismo é, portanto, um sistema baseado em relações de troca que ocorreram em diversos momentos da história política brasileira, embora tenha sido durante o primeiro governo republicano que sua prática institucionalizada se confunde com o conceito de coronelismo. Enquanto fenômeno político, ele foi mudando de faceta ao longo da história e pode ter seu poder aumentado e diminuído de acordo com os atores políticos envolvidos e as demandas específicas daquela conjuntura (InfoEscola, 2014).

Tendo em vista esses conceitos, as eleições municipais, por exemplo, muitas vezes refletiam mais as relações de poder local do que propriamente a vontade popular. Os vereadores e o prefeito tinham papel central na distribuição de recursos e na gestão da cidade, o que os tornava figuras influentes e, em alguns casos, autoritárias. Essa realidade política dificultava a organização de movimentos sociais e sindicais, como o SISPUMUR, que buscavam autonomia e representatividade para os trabalhadores municipais.

A figura abaixo mostra os vereadores do período em que se ocorreu a fundação do SISPUMUR:

Figura 2. Vereadores de Guanambi entre 1989 a 1992

PERÍODO: 1989– 1992
VEREADORES:
 Artur O. Maia da Silva (Presidente 1989-1991)
 Marcos Guerra de Farias (Presidente 1991-1992)
 Adão de Souza Oliveira
 Avelar Pereira Viana (saiu em 1991)
 Antônio T. de Azevedo (substituto de Avelar Pereira Viana 1991-1992)
 Edilmar Ladeia Fagundes
 Edson Luís Lélis (substituto de Artur O. Maia da Silva 1991-1992)
 Edvaldo Pereira Donato (Vá Donato)
 Francisco de Assis Ledo
 José Elder Guimarães
 Martha Janete V. Pereira Lopes
 Nair de Fátima Teixeira F. F. Gonçalves
 Paulo Sérgio Pereira Costa
 Sebastião Jesulino Pereira
 Sizaltina Rodrigues Donato

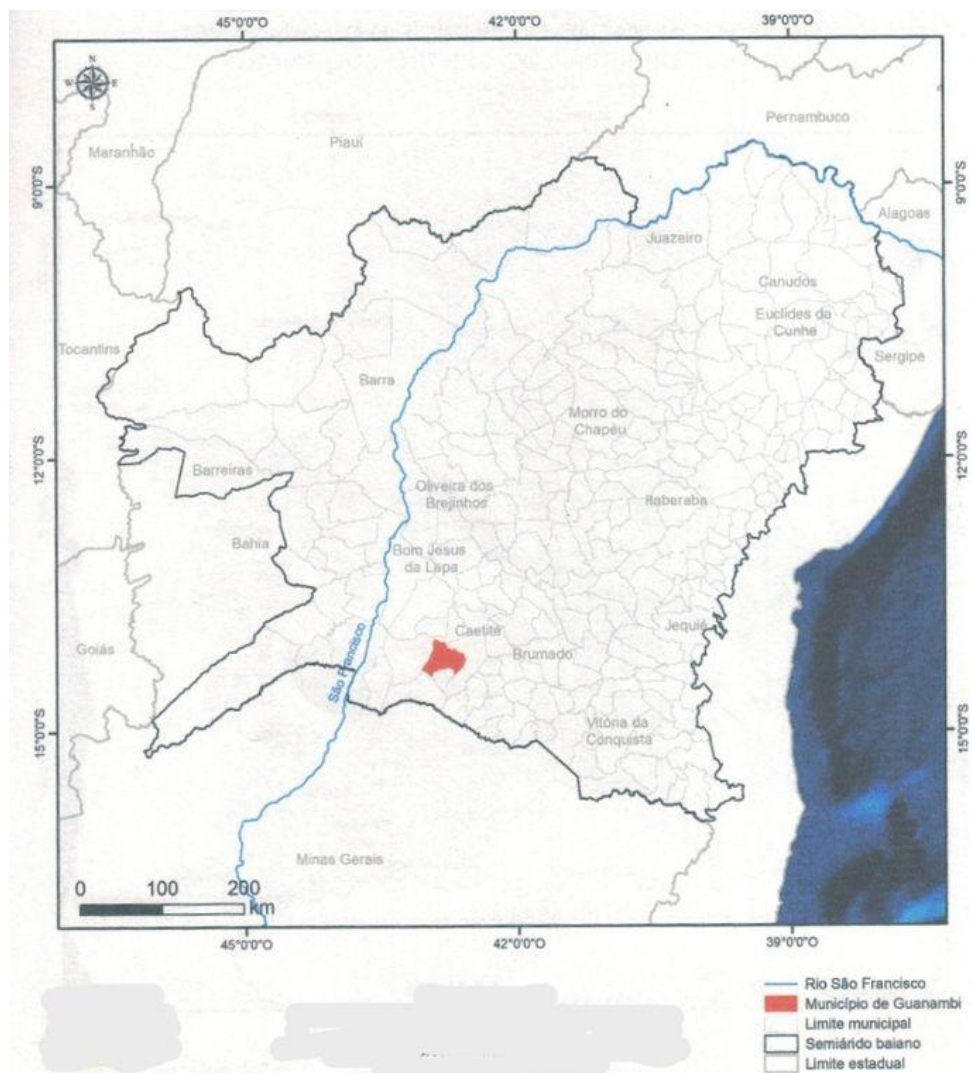
Fonte: Teixeira; Teixeira, 2018.

Quanto aos deputados estaduais que eram de Guanambi naquele período da fundação se tinham: Vandilson Pereira Costa (1885-1991), Fernando B. Bastos (1887-1991), Hidevaldo A. Boa Sorte (1991-1992) e Arthur de O. Maia (1991-1994/ 1999- 2011).

Em relação a alguns dados econômicos, Guanambi já foi conhecida como capital do algodão, especificamente entre 1970 e 1980. Entretanto, em 1990 a cidade passou por um declínio econômico atingindo a cultura algodoeira e a renda de vários trabalhadores, ou seja, de 1990 a 2000 a cidade passou por uma grande crise econômica, vindo a se recuperar somente a partir do início do século XXI (Pereira, 2013).

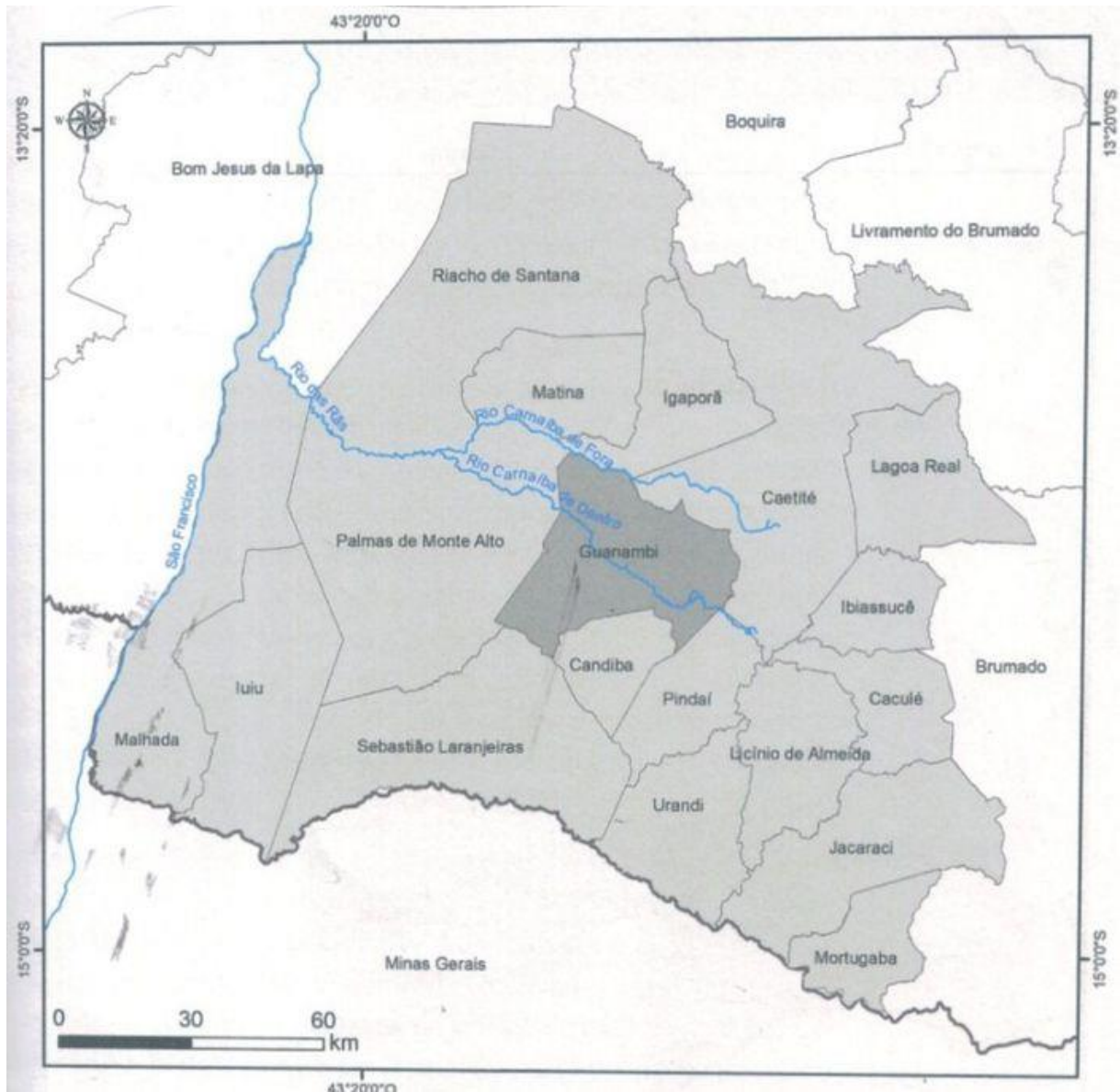
Para uma melhor localização geográfica, seguem abaixo os mapas:

Mapa 1. Guanambi no semiárido brasileiro



Fonte: ANA, 2010; IBGE, 2018.

Mapa 2. Localização do município de Guanambi na Microrregião de Guanambi-BA



Fonte: IBGE, 1974, 1990; ANA, 2010.

Além da crescente influência do neoliberalismo no país durante a década de 1990, o maior obstáculo enfrentado na fundação do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Guanambi e Região residia justamente nessas práticas centralizadoras citadas. Embora os líderes políticos da região, incluindo os vereadores e o prefeito da época, José Neves Teixeira, não fossem literalmente coronéis, suas posturas refletiam características semelhantes. Eles agiam como se tivessem poder absoluto, em uma mentalidade autoritária que dificultava significativamente a criação e a atuação do sindicato, todos esses fatos serão abordados no próximo capítulo.

Esse ambiente político oligárquico e clientelista, com raízes profundas na cultura política da Bahia, criava barreiras significativas para a organização e a mobilização dos servidores municipais em prol de seus direitos e interesses coletivos.

José Neves Teixeira era uma figura ambígua, ao mesmo tempo em que tomava certas medidas populistas, como a doação de vários terrenos à população mais carente (Teixeira; Teixeira, 2018, p. 215), a abordagem populista de José Neves Teixeira em 1990 pode ser entendida como uma estratégia política para manter ou conquistar o apoio popular, muitas vezes adotava medidas que parecia beneficiar as camadas mais desfavorecidas da sociedade. Essas medidas incluíam programas sociais e discursos que apelava, diretamente às necessidades e aspirações do povo.

Ademais, sua postura em relação aos movimentos dos trabalhadores pode ser vista como uma tentativa de manter o controle sobre as demandas e as mobilizações sociais. Muitas vezes, políticos populistas buscam evitar ou reprimir movimentos que possam ameaçar sua autoridade ou a estabilidade política, mesmo que suas políticas públicas busquem conquistar a simpatia da população. "Em síntese, a política de Estado populista é dúbia, pois é ao mesmo tempo de manipulação e repressão dos interesses das massas populares urbanas, e política de concessão de prerrogativas econômicas e de direitos" (Câmara, 2021, p. 867).

Assim, José Neves adotou uma postura populista para garantir seu apoio popular, ao mesmo tempo em que tentava controlar ou limitar movimentos sociais que pudessem representar uma ameaça ao seu governo ou à ordem estabelecida. Esse tipo de estratégia política é comum em contextos em que há uma tensão entre a busca por legitimidade popular e a manutenção do poder político. Heloísa Câmara ainda afirma que

O populismo seria uma forma de cooptação que em troca do apoio político o Estado se comprometeria através de políticas de satisfação dessas massas. A falta de consciência de classe dos trabalhadores faria com que não houvesse elaboração de reais demandas ao Estado e se contentassem com pequenas melhorias. De certa forma, trata-se da repetida explicação da cooptação através de práticas clientelistas (Câmara, 2021, p. 868).

Isso sugere que o populismo é um mecanismo no qual o Estado busca garantir apoio político ao se comprometer a atender às demandas das massas. No entanto, essa relação é baseada em uma falta de consciência de classe por parte dos trabalhadores, o que significa que, em muitas vezes, eles não têm uma compreensão clara de seus interesses como classe social e, portanto, não conseguem formular demandas significativas ao Estado.

Continuando um pouco mais com a biografia de "Seu Binha", como era apelidado, José Neves nasceu em Caetité, na Bahia, em 02 de Abril de 1926 na Fazenda Lagoa Grande, distrito de Pajeú dos Ventos, quando ele se tornou prefeito de Guanambi pela primeira vez em 1977, já tinha sido prefeito de Caetité anteriormente, ou seja, ele já possuía uma rede de ligações políticas, especialmente com seu amigo e futuro deputado federal Prisco Viana, também nascido em Caetité.

Figura 3. Binha Teixeira (esquerda) e Prisco Viana (direita)



Fonte: Teixeira; Teixeira, 2018.

Essa amizade rendeu vários frutos dentro da política de Binha Teixeira para o município de Guanambi principalmente no primeiro mandato, pois "a força política com que o deputado Prisco Viana contava em Brasília, que foi primordial para a implantação do desenvolvimento econômico de Guanambi e Região" (Teixeira; Teixeira, 2018, p. 392), sendo que a economia crescia com a produção de algodão.

Após um breve período fora do poder, foi eleito para o segundo mandato de 1989 a 1992, período de adaptação a nova Constituição Federal do país, e aí começa um certo embate justamente com os movimentos sociais, como já citado, pois, a partir dessa Carta, ficava "garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical" (Brasil, 1988,

art. 37, inc. VI), esse inciso é uma novidade no arcabouço legislativo do país, pois antes os servidores públicos não tinham esse direito.

Nesse sentido, cabe destacar que a falta de um sindicato que represente uma classe trabalhadora traz diversos impactos negativos. Sem representação sindical, os trabalhadores enfrentam dificuldades para negociar melhores condições de trabalho, salários justos e benefícios adequados. Além disso, sua ausência resulta em uma maior vulnerabilidade dos trabalhadores a abusos por parte dos empregadores, falta de proteção em casos de demissão injusta, e dificuldade em garantir o cumprimento de direitos trabalhistas básicos. Um sindicato forte e ativo é essencial para equilibrar as relações de trabalho e garantir que os interesses dos trabalhadores sejam adequadamente representados e defendidos.

É justamente nesse contexto que começou a surgir uma movimentação dos trabalhadores buscando esses direitos em Guanambi. O próximo capítulo irá abordar sobre a fundação do que hoje se conhece por SISPUMUR.

4 FUNDAÇÃO DO SISPUMUR

Considerando todos os aspectos trabalhados, cabe agora explicar como se deu a criação do SISPUMUR. De acordo com o Livro de Atas para Assembleias³ do sindicato, o qual destinava-se a lavratura das atas de cada reunião, ele foi fundado em 09 de março de 1990 às 11h da manhã do mesmo dia, cuja reunião aconteceu na sede do saguão da Câmara Municipal de Vereadores, localizada na Praça Henrique Pereira Donato, nº 90, município de Guanambi na Bahia, sendo classificado como uma entidade sindical de primeiro grau (Ata do Sindicato, 1990).

Uma entidade sindical de primeiro grau, também conhecida como sindicato de base, é uma organização formada pelos trabalhadores de uma determinada categoria, profissão ou setor econômico de uma mesma localidade (Jorge, 2015). Esses sindicatos têm como objetivo principal representar os interesses dos trabalhadores perante os empregadores, buscando melhorias nas condições de trabalho, salários e benefícios, além de atuarem na defesa dos direitos trabalhistas e na promoção do bem-estar da categoria.

Esse tipo de sindicato é considerado a base do movimento sindical, pois é mais próximo dos trabalhadores e costuma ser o responsável por organizar e liderar as ações coletivas da categoria, como greves, negociações coletivas e campanhas por melhores condições de trabalho. Isso só foi possível a partir da Constituição de 1988, a qual traz no

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

VI - é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical; (Brasil, 1988, cap. VII, art. 37, inc. VI).

Antes da Constituição Cidadã, a falta de um sindicato para os servidores resultou em diversas consequências negativas, como será visto através dos relatos de trabalhadores daquela época analisando o Documentário 30 anos de SISPUMUR part. 01 de 2022⁴, que teve como diretor Reginaldo Eloi da Silva, tais como condições de trabalho precárias, incluindo baixos

³ Livro utilizado para registrar as pautas, discussões e resoluções de cada reunião que consta no arquivo particular do SISPUMUR, o qual, inclusive, consta com a Ata de Fundação do sindicato.

⁴ Este documentário celebra os 30 anos do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Guanambi e Região-SISPUMUR nos seus 47min14s de duração, destacando sua história, lutas e conquistas ao longo das décadas. Produzido por Só Peso Produções, com roteiro e direção de Reginaldo Eloi da Silva, o vídeo explora a trajetória do sindicato desde sua fundação, enfatizando o impacto de suas ações na vida dos servidores públicos municipais e na comunidade local.

salários, jornadas exaustivas e falta de benefícios adequados. Além disso deixou os servidores vulneráveis a abusos e arbitrariedades por parte da gestão, que agia de forma injusta e sem controle, sem contar a perda de benefícios e conquistas trabalhistas. O SISPUMUR, portanto, desempenhou, naquele momento, um papel crucial na conquista de benefícios e na garantia de direitos para os trabalhadores.

Mas antes é necessário expor quais foram as movimentações que ocorreram até chegar em 09 de março de 1990. Os trabalhadores, antes do sindicato, enfrentavam situações terríveis, Dona Eulina, uma mulher que trabalhava como “varredeira⁵”, alocada na Secretaria de Infraestrutura de Guanambi relata que

Antes de existir o sindicato eram um sofrimento... Deus do céu era esse sindicato na terra, se não fosse ele não sei o que seria de nós, nós ganhava 3 “mi” réis de 15 em 15 dias e se falhasse um dia era cortado, nós trabalhava varrendo, nós "panhava" até terra nesse tempo, [...] e "nós" varria e ia tirando era terra, tirando terra, varrendo aquele bem varrido, o fiscal falava não precisa varrer calçada eu falei eu varro, varri tudo direitinho pra ter valor (Sispumur, 2022, 7:37).

Lurdinha, outra trabalhadora da época, reflete sobre a situação que enfrentavam,

Antes do sindicato "nós" trabalhava o dia todo e recebia por semana, e recebia é...eu não lembro mais assim o tanto que a gente recebia mas toda sexta-feira a gente recebia, a gente para ganhar a segunda, que a segunda a gente não trabalhava porque ela dia de feira, a gente para ganhar segunda a gente trabalhava o domingo até uma hora da tarde. Nessa vida a gente não tinha a gente não tinha um feriado, todo feriado nós tinha que trabalhar todo, todo domingo nós tinha que trabalhar (Sispumur, 2022, 9:00).

A partir desse relato, nota-se que era pago as "varredeiras" uma pequena quantia que não dava para o próprio sustento além de não manter uma periodicidade definida, por vezes era semanal, por vezes quinzenal, ou seja, não havia carteira assinada e nem qualquer comprovante de trabalho ou de recebimento de dinheiro, caracterizando um ofício completamente informal dentro do serviço público. Ademais, enquanto exerciam seu serviço, eram acompanhadas por um fiscal⁶ da prefeitura que tinha a função de vigiá-las enquanto trabalhavam, não permitindo momentos de descanso, o que gerava uma grande pressão sobre essas trabalhadoras (Silva, 2022).

Maria de Índio, outra “varredeira” contemporânea de Dona Eulina e Lurdinha, diz que

⁵ Hoje esse cargo recebe o nome de gari.

⁶ Função que hoje não existe mais, mas naquele período era um cargo de confiança do chefe executivo para fiscalizar o serviço dos trabalhadores.

O fiscal falou com "nós" que a partir daquele dia "nós" tinha de andar com uma sacola dentro das perna "promode" "nós" não sair do serviço. "Nós" tinha que fazer xixi dentro daquela sacola, mas eu não me alembro quem foi o fiscal, uma menina falou "ei Maria amanhã nós precisa trazer sacola para nós amarrar dentro da perna para nós poder urinar porque nós não pode sair do serviço para urinar" (Sispumur, 2022, 8:29).

O relato de Maria de Índio destaca uma situação de extrema precariedade e desrespeito aos direitos humanos no ambiente de trabalho. O fato das trabalhadoras serem obrigadas a carregar uma sacola para urinar enquanto trabalhavam demonstra uma condição desumana imposta a elas. Esse tipo de prática evidencia a falta de valorização dos trabalhadores e a ausência de condições mínimas de trabalho, ferindo princípios básicos de dignidade e saúde ocupacional.

Até o que hoje se caracterizaria como trabalho infantil era presente no serviço público no período anterior ao SISPUMUR, Orlando, que exercia a função de jardineiro, relata

Quando eu entrei na prefeitura eu tinha 12 anos, antes de existir o sindicato eu ganhava por semana, eles pagavam a gente uma "merrequinha" por semana, se fosse "panhar" no mês não dava meio salário, uma "merrequinha". Sábado e domingo fazia uma hora extra aí pegava a gente e gritava, até empurrão dava na gente, "cê" entendeu? Aí fui trabalhando, pegando firme, aí não tinha ninguém para poder ajudar "nós". Teve um dia que fiscal me agrediu e botou na cadeia da prefeitura, ele já morreu, ele me agrediu com a mangueira no jardim, o prefeito era Dr. Vá ele me agrediu e mandou me prender. Eu "tava" molhando as planta e a água faltou, eu falei "e agora senhor?" Eu já era jovem de 18 anos, aí ele chegou me deu um empurrão aí eu fui peguei a mangueira e joguei "pra" lá aí não demorou nada passou a viatura da polícia, ele chamou a polícia e mandou me prender (Sispumur, 2022, 9:42).

Ele menciona receber menos de meio salário-mínimo, que mal dava para sobreviver, e ainda precisava fazer horas extras no sábado e domingo para complementar sua renda. A descrição de ser tratado com desrespeito e até empurrado pelo fiscal mostra a falta de respeito e dignidade que os trabalhadores enfrentavam, sem contar o fato que começou a trabalhar como funcionário da prefeitura com apenas 12 anos de idade. Por fim ele se queixa sobre a falta de alguém que os representassem, como se estivessem sozinhos naquela luta, o que era verdade, até então.

Cabe ainda ressaltar que pelo fato de estarem trabalhando para prefeitura, os gestores, muitas vezes, se achavam na condição de proprietários desses indivíduos, fazendo com que eles assumissem funções, as quais, muitas vezes, nada tinha a ver com seu cargo, não só na área de atuação do serviço público, mas prestavam, inclusive, trabalhos particulares para esses gestores,

ou seja, o serviço público se confundia com o serviço particular naquele período, não havia uma definição clara (Sispumur, 2022).

Vendo toda essa situação pela qual passavam os servidores públicos municipais de Guanambi, um grupo de pessoas ligadas a Comissão Pastoral da Terra da Igreja Católica⁷ da cidade começaram a se reunir em um cômodo no fundo da Igreja localizada no Bairro Monte Pascoal, o qual era local de moradia da maiorias das pessoas que trabalhavam na Secretaria de Infraestrutura do município, as "varredeiras", por exemplo, prestavam serviço a essa Secretaria. Essas reuniões foram encabeçadas por indivíduo que levava o nome de Braz. Marinalva Nunes Fernandes, a primeira presidente do sindicato diz que

Aqui em Guanambi a gente tem uma especificidade que foi a Comissão Pastoral da Terra - CPT, por incrível que pareça, a Comissão Pastoral da Terra que é uma instituição ligada à Igreja Católica, mas é mais voltada para o campo, aqui em Guanambi ela teve esse papel importantíssimo porque uma pessoa que trabalhava nessa Pastoral morava no bairro Monte Pascoal onde tinha o maior número de funcionários ligados à Infraestrutura. Então essa pessoa, que vale a pena a gente destacar o nome que é Braz, ele começava a reunir com aquelas pessoas e depois óbvio, foi feito o convite a mim e eu ingressei nesse grupo e como a CPT tinha advogado, é uma advogada, né, então essa advogada passou a pegar essas causas, então a gente detectava essas realidades, discutíamos tentávamos claro né administrativamente resolver as coisas, aquilo que não era possível resolver a gente ia realmente pra justiça foi o período inclusive, vale a pena a gente fazer esse registro, que a Justiça do Trabalho em Guanambi recebeu muito processo (Sispumur, 2022, 4:43).

O relato de Marinalva Nunes Fernandes destaca o papel crucial desempenhado pela Comissão Pastoral da Terra - CPT na fundação do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Guanambi e Região. A CPT, apesar de ser uma instituição ligada à Igreja Católica e mais voltada para questões rurais, teve um papel fundamental na mobilização e conscientização dos trabalhadores urbanos. A atuação dessa Comissão, liderada por Braz, envolveu reuniões e discussões com os trabalhadores para formação desses indivíduos sobre a consciência de classe, de que eles estavam sendo explorados e que tinham um papel importante a desempenhar perante a situação em que viviam identificando problemas e buscando soluções. Quando as soluções administrativas não eram viáveis, a CPT recorria à justiça, resultando em um grande número de processos trabalhistas em Guanambi nesse início.

⁷ A Comissão Pastoral da Terra - CPT é até hoje uma entidade da Igreja Católica que atua na defesa dos direitos dos trabalhadores rurais e das populações do campo no Brasil, especialmente os mais vulneráveis. Fundada em 1975, durante o regime militar, a CPT denuncia violações de direitos humanos, conflitos agrários e trabalho escravo, além de oferecer apoio jurídico e assistência a comunidades rurais.

Para entender o porquê da CPT se voltar a essas questões, é necessário retornar a década de 1960 e falar das Comunidades Eclesiais de Base - CEBs. Foram parte de um movimento da Igreja Católica, especialmente na América Latina, como uma forma de vivência e expressão da fé cristã a partir da realidade social e cultural das comunidades. Elas se baseavam em pequenos grupos de fiéis que se reuniam regularmente para refletir sobre a Palavra de Deus, rezar, discutir questões sociais e buscar formas de transformação da realidade em que estavam inseridos. Tinham como objetivo promover a conscientização política e social dos fiéis, incentivando a participação ativa na transformação da sociedade em direção a uma maior justiça e solidariedade. Frei Betto ressalta que

São comunidades, porque reúne pessoas que têm a mesma fé, pertencem à mesma igreja e moram na mesma região. Motivadas pela fé, essas pessoas vivem uma comum-união em torno de seus problemas de sobrevivência, de moradia, de lutas por melhores condições de vida e de anseios e esperanças libertadoras. São eclesiais, porque congregadas na Igreja, como núcleos básicos de comunidade de fé. São de base, porque integradas por pessoas que trabalham com as próprias mãos (classes populares): donas-de-casa, operários, subempregados, aposentados, jovens e empregados dos setores de serviços, na periferia urbana; na zona rural, assalariados agrícolas, posseiros, pequenos proprietários, arrendatários, peões e seus familiares. Há também comunidades indígenas. Segundo estimativas não oficiais, existem no país, atualmente, 80 mil comunidades eclesiais de base, congregando cerca de dois milhões de pessoas crentes e oprimidas (Betto, 1985, p. 7).

Nas décadas de 1970 e 1980, as CEBs tiveram um papel importante nos movimentos de base que lutavam por justiça social, democracia e direitos humanos em vários países da América Latina. No Brasil, por exemplo, as CEBs estiveram envolvidas em questões como a luta pela reforma agrária, pelos direitos dos trabalhadores e pela democratização do país durante o regime militar. Elas possuem uma relação direta com a Teologia da Libertação - TL, corrente teológica que surgiu na América Latina na década de 1960, a qual propõe uma reflexão teológica a partir da realidade concreta dos pobres e oprimidos, buscando promover a justiça social e a transformação da sociedade. Adelson Fernando diz que

A modernização da Igreja nos anos 60[...] promoveu um caminho de mão dupla: de um lado, as ações da ala esquerda efervesceram-se e lideraram uma importante mudança institucional (sustentada pelo Concílio Vaticano II), significando basicamente, um passo na direção de uma elaboração teológica que contempla os problemas sociais: a teologia da libertação; o outro lado se encaminha pela esteira mais conservadora, que culminou na elaboração da renovação carismática (Costa, 2014, p. 28).

As CEBs foram uma expressão concreta da Teologia da Libertação, colocando em prática os princípios teológicos dessa corrente ao promover a conscientização política e social dos fiéis, especialmente os mais marginalizados, e ao buscar a transformação das estruturas injustas da sociedade, sendo um dos principais instrumentos de atuação da TL, contribuindo para a mobilização popular, a defesa dos direitos humanos e a busca por uma sociedade mais justa e solidária. Portanto, naquele contexto, essa teologia estava presente em quase todas pastorais da Igreja Católica, inclusive na Pastoral da Juventude, da qual Marinalva Nunes fazia parte antes de ser convidada a participar das reuniões (Sispumur, 2022). Boff comenta que

Há uma conexão muito estreita entre o fenômeno das comunidades eclesiais de base e o da teologia da libertação. No contexto latino-americano, um não pode ser pensado sem o outro. As comunidades eclesiais de base e a teologia da libertação são dois momentos de um mesmo processo de mobilização do povo e de um processo que parte do povo. As comunidades eclesiais de base representam a prática da libertação popular e a teologia da libertação, a teoria desta prática (Boff, 1991, p. 83).

Dessa forma, conclui-se que as CPTs foram influenciadas pelas Comunidades Eclesiais de Base e pela Teologia da Libertação ao promoverem uma leitura crítica da realidade à luz da fé, destacando a importância da justiça social e da defesa dos direitos dos trabalhadores rurais, entretanto, no caso de Guanambi, a Comissão Pastoral da Terra, entre 1980 a 1990, vendo a realidade que os servidores públicos enfrentavam, começou a trazer essas pautas para a discussão com os trabalhadores urbanos em reuniões que aconteciam de forma semanal.

Sendo convidada por Braz, ela começou a frequentar as reuniões, as quais pautavam sobre os direitos que os trabalhadores tinham, principalmente após a constituição, sobre a injustiça a qual estavam submetidos, Dona Eulina relata que

Estava na rua trabalhando, aí ela (Marinalva) chegou e me falou "nós estamos formando um sindicato, vamos fazer?" "Faz mesmo Marinalva, eu tô dentro", ela falou "combina aí com as outra colega, cê combina com as outra colega nós vamos fazer", aí ela começou fazer, o sindicato não tinha nada, pouca gente, seu Belmiro que teve aqui aquele outro rapaz e "nois" ia pra lá tinha vez de ter 3, 4 pessoa, os outro com medo do fiscal. Um dia o fiscal tomou até a minha vassoura, eu sai do serviço chorando, ai as colega ficou chorando, ai eu falei eu acerto "oceis", nesse tempo eu já "tava" no sindicato [...] nós fazia reunião escondido, era reunião escondido, "se o fiscal saber vocês vão ser despedida" eu falei "que saia, não importa, mas eu quero saber que eu ajudo o sindicato porque o sindicato está nos ajudando", se não fosse o sindicato nós estávamos vivendo uma vida que "nóis" vive, porque nós sofria muito nesse serviço (Sispumur, 2022, 12:15).

Dona Eulina descreve um momento crucial na formação do sindicato, quando Marinalva Nunes Fernandes a convidou para participar da iniciativa. Apesar do sindicato ainda estar em estágio inicial, com poucas pessoas envolvidas, a coragem de Dona Eulina e de outros em se unir mostra a determinação e a vontade de mudança diante das condições desfavoráveis de trabalho. O medo do fiscal, mencionado pela “varredeira”, sugere a existência de represálias ou retaliações por parte da administração pública, o que demonstrava a necessidade urgente de uma organização sindical para defender os interesses e direitos dos trabalhadores. A iniciativa de Marinalva e o engajamento de pessoas como Dona Eulina foram essenciais para o crescimento e fortalecimento do sindicato, que posteriormente se tornaria uma importante instituição na defesa dos servidores públicos municipais de Guanambi e região.

Lurdinha comenta sobre o início dessas reuniões e como foi se fortalecendo o movimento

Depois surgiu um amigo na nossa vida por nome de Braz, que conhecia Nalva (Marinalva) e arrumou para gente fundar o sindicato. E aí representou Nalva e aí começou, aí deram um documento “pra” gente que a gente trabalhando e pegando assinatura do pessoal na rua. Nós batia nas casa nós, nós pedia e contava nossa situação: nós não tinha décimo terceiro, nós não tinha férias, nós não tinha abono família, nós não tinha nada recebia aquele trocadinho ali por semana e aí nós pedia com o documento de identidade, CPF, o povo ajudava a gente de bom coração mesmo[...] Foi muitas e muitas folhas de assinatura do pessoal, aí hora de já deu, aí agora foi para Salvador, já arrumou tudo e eu fui para Salvador mais Lina (Dona Eulina) e um bocado dos meninos, e por aí começou nossa luta (Sispumur, 2022, 27:14).

O relato de Lurdinha destaca a importância do apoio da comunidade na formação do sindicato. A chegada de Marinalva, que conhecia Braz, foi crucial para o início do processo de organização sindical. A coleta de assinaturas nas casas e nas ruas demonstra a mobilização e a conscientização dos trabalhadores sobre a importância do sindicato na luta por seus direitos. A participação de Lurdinha e de outros trabalhadores em viagens para Salvador mostra o empenho e a determinação do grupo em buscar apoio e recursos para a sua causa.

Marinalva Nunes Fernandes comenta que

As prefeituras de um modo geral cidades médias e pequenas, ela comprou a função muito de controle, né, e nesse sentido então o sindicato ele é esse órgão, o sindicato na verdade ele vai atuar justamente para garantir que esses direitos que foram conquistados na qual a Constituição de 1988, ou seja colocado em prática. Então, dessa forma, a gente consegue romper com esse com esse autoritarismo com esse controle que que existia até então. Nós tivemos um período a uma greve em que foram demitidas, eu não me lembro agora o quantitativo, mas acho que em torno de uma 60 pessoas e foi muito difícil (Sispumur, 2022, 3:47).

Marinalva fala que as prefeituras de cidades médias e pequenas, de modo geral, assumiam um papel de controle rígido sobre os servidores públicos. Nesse contexto, o sindicato surgiu como um órgão fundamental para garantir a implementação dos direitos conquistados com a Constituição de 1988. Essa atuação sindical se tornou crucial para romper com o autoritarismo e o controle exercido pelos gestores municipais até então. Ela menciona um período de greve que resultou na demissão de cerca de 60 pessoas, o que foi um momento extremamente difícil. Marinalva destaca novamente a importância do sindicato na garantia dos direitos dos trabalhadores, especialmente em contextos em que o autoritarismo e o controle eram prevalentes. A greve e as demissões subsequentes exemplificam as dificuldades enfrentadas na luta por esses direitos e a necessidade constante de resistência e organização para assegurar conquistas reais e duradouras para os servidores públicos municipais.

Pedro Jorge, outro entrevistado, estava presente durante essas demissões que afetaram injustamente garis, "enchadeiros" e outros trabalhadores de capina. Em vez de focarem na organização do sindicato, tiveram que correr atrás de reverter o prejuízo causado pelas demissões, tanto que ele comenta a esse respeito

Eu "tava", inclusive as pessoas que foram demitidas injustamente, os garis, "enchadeiros", aqueles que trabalhavam na capina, então foi o grupo muito grande que foram demitidos. E aí em vez da gente organizar trabalhar na organização do sindicato a gente foi correr atrás do prejuízo (Sispumur, 2022, 15:40).

Após isso, Calixto comenta sobre o aspecto coronelista que se tinha em cidades do interior da Bahia naquela época

Como eu coloquei, naquele momento foi muito difícil porque a cultura no município é a cultura do coronelismo, mesmo de ataque, o servidor era seu empregado, o gestor estava achando que o servidor tinha que "tá" ali para servir a ele (Sispumur, 2022, 14:13).

Calixto reforça a dificuldade desse período, destacando que a cultura no município era a do coronelismo, com um ataque direto aos servidores, que eram vistos como empregados pessoais dos gestores. Isso refletia uma visão distorcida do papel do servidor público, que deveria servir diretamente aos interesses do gestor, em vez de atender ao bem-estar da comunidade.

Por fim, Sizino, outro entrevistado, complementa falando sobre como a prefeitura de Guanambi encarava o servidor que buscava por seus direitos

Na época “pra” sociedade para o funcionário era muito muito bem visto mas pela prefeitura não Prefeitura não, na prefeitura, como é que diga, era um negócio assim muito, para ele era, era, como é que diga, era um prego, era um prego no sapato do prefeito, "cê ta" entendendo? (Sispumur, 2022, 15:15).

Sizino comenta que, para a sociedade e os funcionários, o sindicato era visto de maneira muito positiva, mas para a prefeitura, era visto como um "prego no sapato" do prefeito. Isso ilustra a resistência enfrentada pelos servidores e pelo sindicato por parte dos gestores municipais, que viam a organização dos trabalhadores como uma ameaça ao seu controle e poder autoritário.

A seguir segue a tabela que apresenta como o número de servidores foi se reduzindo com as demissões em massa:

Tabela 2. Quantidade de servidores lotados na Prefeitura de Guanambi

ANO	Nº DE SERVIDORES
1990	798 SERVIDORES
1991	780 SERVIDORES
1992	544 SERVIDORES
1993	519 SERVIDORES
1994	513 SERVIDORES

Fonte: Livro de Registro de Servidores, 1995.

Marinalva destaca que esse momento

Foi muito difícil, foi muito difícil, porque na época, para você ter uma ideia, nós envolvemos o Bispo Dom Alberto sair de Caetité para vir aqui para Guanambi junto com o Padre Zé, né, inclusive, aliás, ambos não estão mais entre nós. Mas teve pastores também, a gente mobilizou mesmo líderes para poder convencer o prefeito de que atitude que ele tinha tomado não era uma atitude plausível, e foi bom porque ele acabou se sensibilizando (Sispumur, 2022, 16:29).

A situação foi tão desafiadora que eles precisaram mobilizar líderes religiosos, como o conhecido Bispo Dom Alberto e o Padre Zé, pessoas de grande influência na região, além de pastores, para sensibilizar o prefeito sobre a injustiça das demissões e buscar uma solução para o problema. Nesse momento houve uma comoção popular muito grande, por parte dos servidores houve vários protestos, reuniões, greves, mensagens de protesto através de carros de som, da rádio, passeatas, muitas vezes a prefeitura mandava a polícia ficar observando toda essa movimentação.

Figura 4. Protesto das garis



Fonte: Arquivo do SISPUMUR.

A imagem acima mostra um dos protestos dos trabalhadores garis nas principais ruas da cidade. Nota-se a participação predominante de mulheres e alguns jovens que já integravam o

serviço público. A organização do protesto é evidente, com todos fardados e enfileirados, e alguns funcionários carregando suas ferramentas de trabalho.

Cabe agora destacar como se deu o momento de transição dessas reuniões informais para a real formação do sindicato, para isso, Marinalva relata que

Esse início da reuniões, começou no Monte Pascoal, na verdade não era um espaço do sindicato, era um espaço da Igreja Católica, então nós começamos a reunir ali com o pessoal da Secretaria de Infraestrutura, era a secretaria onde praticamente nenhum direito se garantia, então a gente começa uma organização a partir dessas pessoas, vale a pena falar que isso tomou uma dimensão muito grande. O sindicato surge com essa categoria, é interessante como o poder público, os gestores, eles conseguem utilizar de algumas ações para poder desmobilizar a categoria,[...] e interessante também destacar que é o sindicato de Guanambi, o SISPUMUR, surge de uma mobilização concreta, tanto é que, quando, né, e aí eu vou eu vou dizer nome mesmo, nós tínhamos na Câmara o Vereador Arthur Maia, ele percebendo a movimentação, com certeza junto com o gestor da época, ele então faz o que, ele contrata uma pessoa para fundar o sindicato, então ficava fundada de cima para baixo, e aí quando a gente descobre essa artimanha, nós chegamos então, por isso que eu "tô" dizendo que é importante fazer esse destaque, porque como as pessoas estavam sendo formadas para conhecer, para entender o que era um sindicato, então elas próprias ficaram muito preocupadas, porque estava na Câmara, foi instalado, uma sessão e essa pessoa que veio de fora para poder instalar esse sindicato, um sindicato todo fundado mesmo, a parte jurídica toda pronta, aí a única alternativa que nós encontramos naquele momento foi pedir às pessoas que ninguém assinassem a ata, e aí então a gente acabou impedindo a fundação desse sindicato, porque não houve o registro concreto da ata de fundação, porque os funcionários ali presentes não assinaram a ata. E aí como a gente tinha já essa assessoria que a CPT disponibilizada para nós, a advogada, então a gente conseguiu reverter, mas aí por exemplo, se você pegar o primeiro estatuto do sindicato você vai ver que ele é um sindicato de cartório mesmo, aí ele é bem diferente, nós tivemos que concorrer às eleições nesse estatuto porque ele já estava fundado então você não ia fundar outro sindicato, então nós fomos para eleição, eu inclusive disputei essa primeira eleição do sindicato e depois que conseguimos ganhar as eleições é que nós alteramos o estatuto, e aí convocamos assembleias, fizemos as alterações do estatuto, mas assim, o sindicato de Guanambi teve esses momentos, o sindicato do cartório, sindicato que já chegou pronto por mão de alguém, mas ao mesmo tempo esse sindicato construído na luta (Sispumur, 2022, 28:26).

A formação SISPUMUR foi um processo marcado por desafios e resistência, conforme relatado por Marinalva. A escolha do local inicial das reuniões, no Monte Pascoal, em um espaço ligado à Igreja Católica, se deveu ao fato da maioria das pessoas que trabalhavam na Secretaria de Infraestrutura moravam nesse bairro e revela a importância dos espaços comunitários e religiosos na mobilização social.

A interferência externa, representada pela contratação de alguém para fundar o sindicato de forma artificial, formando um sindicalismo pelego, mostrou a tentativa de cooptação e

controle por parte de interesses contrários à organização dos servidores. No entanto, a recusa em assinar a ata de fundação, mesmo sob pressão política, demonstrou a determinação e a unidade dos trabalhadores em resistir a essa tentativa de intervenção externa, buscando construir uma representação sindical legítima e comprometida com seus interesses.

A posterior alteração do estatuto, após a vitória nas eleições, destacou a autonomia e a capacidade de organização dos servidores, que não se contentaram com um sindicato imposto de cima para baixo. Ao contrário, buscaram construir uma entidade que realmente os representasse e defendesse seus direitos de forma genuína e democrática. Essa narrativa ressalta a importância da luta coletiva e da organização sindical como instrumentos fundamentais na defesa dos direitos dos trabalhadores e na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

O SISPUMUR não apenas se tornou um símbolo da resistência dos servidores públicos de Guanambi, mas também um exemplo inspirador de como a união e a mobilização podem superar os obstáculos impostos pelo autoritarismo e pela falta de representatividade. De início abrangia apenas a cidade de Guanambi, mas como havia uma vacância de outro sindicato que representasse essa categoria nas cidades de Candiba, Pindaí e Matina, se ampliou sua área de ação, por isso o nome Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Guanambi e Região.

Em 10 de setembro de 1990, conforme consta no Livro de Atas para Assembleia, a sede provisória passou a ser no Mercado do Produtor, próximo a prefeitura, Marinalva confirma dizendo que

O mercadão era uma área onde hoje é o centro cultura, então é a gente funcionava ali, era o espaço era próximo prefeitura, né, então é um espaço de referência, e como tinha uma área bem coberta área grande coberta no intervalo de meio-dia, então assim as pessoas, os motorista ficavam muito ali, então aquele espaço passou a ser um espaço de fato uma referência mesmo para luta (Sispumur, 2022, 25:48).

Marinalva menciona que o "mercadão" era uma área significativa que agora abriga o centro cultural. Essa localização, próxima à prefeitura, servia como um ponto de referência crucial para o sindicato. O espaço coberto e amplo facilitava a reunião dos trabalhadores, especialmente motoristas, durante o intervalo do meio-dia. Esse local tornou-se essencial para as atividades do sindicato e para a mobilização dos trabalhadores, funcionando como um ponto de encontro e articulação.

Orlando comenta que

O sindicato tinha vez que ia fazer reunião na frente da prefeitura, eles desligava o fio “pra” o sindicato não falar a verdade, ele tinha medo da verdade [...] aí quando ele cortava aquilo ali o sindicato fala ali cara a cara conosco, o prefeito corria de nós para não ter o direito que o sindicato ia dar “pra” nós (Sispumur, 2022, 14:47).

O entrevistado, por sua vez, descreve práticas repressivas das autoridades locais. Ele menciona que, durante algumas reuniões do sindicato em frente à prefeitura, as autoridades desligavam a eletricidade para impedir que o sindicato comunicasse suas mensagens aos trabalhadores. Essa tática visava silenciar o sindicato e evitar que a verdade sobre as condições de trabalho e os direitos dos trabalhadores fosse divulgada. Mesmo com essas dificuldades, o sindicato encontrava maneiras de continuar sua luta, enfrentando diretamente o prefeito e as autoridades. Orlando destaca que o prefeito evitava confrontos diretos com os trabalhadores, temendo as demandas justas que o sindicato promovia.

Dona Eulina ainda acrescenta um acontecimento que vale a pena destacar,

Um dia xingou ela (Marinalva) lá no onde a gente fez primeiro, era ali na feira, no mercado velho, aí "nois tava" tudo lá pra ir trabalhar, e ela com um barrigão, seu Binha chegou “que que tão tudo parado aí”, “vão embora quem não quer trabalhar vai sair mesmo, vou despedir vocês tudo”... "vai despedir como? porque você vai despedir?" Disse Estelvira, “porque vocês não quer trabalhar até uma hora dessa, tão sem querer ir trabalhar”, ela falou, não vai trabalhar ninguém enquanto não tiver a reunião, elas estavam me esperando, ele xingou ela, aí nós falamos "o senhor devia ter respeito de xingar uma mulher igual Marinalva", aí eu falei "nós podia pegar essas vassouras e quebrar era na sua cara (risos)" (Sispumur, 2022, 24:14).

Dona Eulina acrescenta o relato sobre um incidente específico envolvendo Marinalva. Durante uma reunião no antigo mercado, o fiscal responsável no dia tentou dispersar os trabalhadores, ameaçando demiti-los se não voltassem ao trabalho. Marinalva, mesmo grávida, enfrentou o supervisor, insistindo na importância da reunião. Quando ele a insultou, as trabalhadoras, incluindo Dona Eulina e Estelvira, outra “varredeira”, defenderam Marinalva, destacando o desrespeito do supervisor e ameaçando retaliar fisicamente se necessário. Esse episódio ilustra a coragem e a determinação das mulheres no sindicato, que não se deixavam intimidar pelas ameaças e insultos das autoridades.

Esses relatos destacam a importância dos espaços de reunião para o sindicato e a constante luta contra as tentativas de silenciamento e repressão por parte das autoridades locais. A persistência dos trabalhadores e a organização do sindicato foram fundamentais para avançar na conquista de direitos e na melhoria das condições de trabalho. Além disso, a participação

ativa e corajosa das mulheres foi crucial para o movimento sindical, enfrentando desafios e defendendo seus direitos com firmeza.

Em 13 de dezembro de 1990, conforme consta o Livro de Atas, o SISPUMUR se filiou a Central Única dos Trabalhadores - CUT (Ata do Sindicato, 1990) . Isso trouxe diversos benefícios e vantagens para o sindicato e seus associados. Em primeiro lugar, ao se filiar à CUT, o sindicato passou a contar com o apoio de uma organização nacional com experiência em mobilizações, negociações e lutas sindicais. Isso oferecia suporte logístico, treinamento e orientação para fortalecer a atuação do sindicato local, aumentando sua legitimidade e capacidade de representação tanto perante os trabalhadores quanto frente ao poder público e empregadores. Além disso, a CUT oferecia programas de capacitação e formação para dirigentes sindicais, ajudando-os a se preparar melhor para a negociação coletiva, organização de greves e outras atividades sindicais (Ata do Sindicato, 1990).

A filiação permitiu que o SISPUMUR se conectasse com outros sindicatos e movimentos sociais, criando redes de solidariedade e troca de experiências. Outro benefício importante foi o acesso a informações atualizadas sobre legislação trabalhista, políticas públicas e a conjuntura política e econômica. Isso permitia ao sindicato estar sempre bem informado e preparado para responder a mudanças e desafios.

Por fim, participar de campanhas nacionais promovidas pela Central, como as de melhoria de condições de trabalho, salário-mínimo digno e direitos sociais, dava ao SISPUMUR um peso maior em suas próprias campanhas locais. Portanto, essa filiação foi um passo estratégico que trouxe diversos benefícios, desde o fortalecimento institucional até o acesso a recursos, redes de solidariedade e maior influência política, ajudando a consolidar o sindicato como uma força importante na defesa dos direitos dos servidores públicos municipais de Guanambi e região.

Posteriormente, por mais que o prefeito não apoiasse o sindicato, cedendo à pressão sindical e popular, através de uma solicitação do SISPUMUR, doou um terreno para que se fosse construído a sede própria dessa organização, Pedro Jorge diz que

A gente comprou, quando eu era tesoureiro da presidente, e a gente pegou todo o recurso e compramos todo o material da construção da sede, já tinha um terreno e daí gente comprou o material, já entregou o material, nem dinheiro a gente entregou o pessoal todo, o material foi colocado lá, né, isso é importante, porque cada sindicato, cada organização tenha a sua sede, porque você fica mais livre para fazer o seus debates, fica mais à vontade, sem a preocupação de que você alugar um imóvel aí no outro dia a pessoa falar "eu não quero sindicato aqui" e a gente ter essa forma de recepcionar os servidores, aqueles que o frequentam, que precisa, né, então é correto que tenha, tenha que ter, ou até às vezes área de lazer, tem muito sindicato que tem área de lazer para as famílias dos associados e tal (Sispumur, 2022, 33:57).

Pedro Jorge compartilha uma experiência importante sobre a construção da sede do sindicato durante seu período como tesoureiro. Ele menciona que, juntamente com a presidente, decidiram investir todos os recursos disponíveis na compra de materiais de construção para a sede, aproveitando um terreno já existente. A importância de ter uma sede própria para o sindicato é destacada por ele. Pedro argumenta que possuir um espaço próprio proporciona maior liberdade para realizar debates e reuniões sem a preocupação de depender de um imóvel alugado, cujo proprietário poderia, a qualquer momento, decidir que não quer mais o sindicato no local. A sede também serve como um ponto de recepção para os servidores que frequentam o sindicato e necessitam de seus serviços.

Além disso, Pedro Jorge observa que algumas sedes sindicais oferecem áreas de lazer para as famílias dos associados, proporcionando um espaço de convivência e integração comunitária, e que isso também seria bom para o SISPUMUR. Essa estrutura não só facilita as atividades sindicais, mas também fortalece o vínculo entre os membros e suas famílias, criando um ambiente de apoio e solidariedade. Por fim, são relatadas as impressões que esses personagens tiveram do SISPUMUR ao longo dessa trajetória, começando por Sizino, o qual fala que

Se não tivesse o SISPUMUR, eu vou te dizer a verdade, muito funcionário que aí está hoje, às vezes se aposentaram pela prefeitura, ninguém tinha aposentado por causa que nunca ele pegava esse período de se aposentar pela prefeitura, "cê ta" entendendo? (Sispumur, 2022, 35:17).

Sizino menciona que, sem o SISPUMUR, muitos funcionários não teriam conseguido se aposentar pela prefeitura. Ele sugere que, sem o apoio e a luta do sindicato, esses servidores não conseguiriam ter somado o tempo de serviço necessário para a aposentadoria. O sindicato, ao garantir o cumprimento dos direitos trabalhistas, permitiu que muitos chegassem à aposentadoria com segurança. Maria de Índio reitera,

Se não existisse esse sindicato tinha muita gente hoje que "tava" passando fome, e agradeço ao sindicato, a Deus, Marinalva e ao sindicato, se não tivesse o sindicato, tinha gente passando fome, porque eles não incomoda com ninguém não, incomoda com ninguém, a abaixo de Deus, o sindicato e Marinalva, eu agradeço todo santo dia e toda hora que eu agradeço a Deus, Marinalva e o sindicato, porque se ela não aparecesse para "nós botar" esse sindicato contra a prefeitura, a prefeitura tinha "botado" ele contra nós, tinha colocado ele contra nós porque eles só quer saber pra eles (Sispumur, 2022, 35:38).

Maria enfatiza a importância do sindicato para a sobrevivência dos trabalhadores. Ela acredita que, sem o sindicato, muitas pessoas estariam passando fome. Ela expressa profunda gratidão a Deus, a Marinalva, e ao sindicato por sua intervenção e luta constante pelos direitos dos trabalhadores. Maria reconhece que o sindicato foi essencial para proteger os trabalhadores da prefeitura, que, segundo ela, só se preocupava com seus próprios interesses. Lurdinha também ressalta que após o SISPUMUR

Melhorou em tudo, antes nada tinha, hoje tudo, nós tem de ganhar salário, de ganhar 13º, de abono de família, de licença-prêmio, de tudo nós tem. Então como é que não melhorou?! Trabalhei 26 anos e aposentei foi claro graças ao sindicato abaixo de Deus, graças ao sindicato, se não fosse o sindicato nós "tava" mendigando até hoje, acho que até passando fome (Sispumur, 2022, 37:54).

Lurdinha menciona as melhorias trazidas pelo sindicato, apontando que antes não havia benefícios como salário digno, 13º salário, abono família e licença-prêmio. Ela credita suas 26 anos de trabalho e a aposentadoria ao sindicato, destacando que, sem essa entidade, muitos trabalhadores estariam mendigando ou passando fome.

Esses depoimentos demonstram claramente o impacto positivo que o SISPUMUR teve na vida dos trabalhadores municipais. A atuação do sindicato não apenas garantiu direitos e melhores condições de trabalho, mas também proporcionou uma rede de apoio e solidariedade que ajudou a transformar a realidade dos servidores. A criação do SISPUMUR foi um marco de resistência e conquista, assegurando dignidade e respeito para os trabalhadores de Guanambi e região.

5 CONCLUSÃO

O presente estudo teve como objetivo analisar como se deu a fundação de um sindicato de servidores públicos em um contexto em que as políticas neoliberais dificultavam esse processo. Através de uma revisão bibliográfica abrangente, da análise do Livro de Atas para Assembleias presente no acervo interno do SISPUMUR, e da análise do Documentário “30 anos de SISPUMUR part. 01” de 2022 foi possível não só alcançar a meta proposta, mas também trazer novas descobertas acerca da criação.

O trabalho foi dividido em três partes principais para melhor entendimento de forma que também incentivasse novos estudos acerca da temática. O capítulo 1 intitulado de “A Nova História Política e as representações sociais” buscou inserir o movimento sindical dentro da perspectiva historiográfica, e, nesse sentido, a História foi dividida em 3 momentos: antes da Escola dos Annales, da criação dessa Escola até 1970, e da década de 1970 até os dias atuais.

Dentro dessa divisão temporal, antes da Escola Annalista, essa disciplina tinha a finalidade conferir legitimidade ao poder estabelecido, especialmente considerando o contexto em que os países recém-formados buscavam reafirmar sua autoridade perante outras nações, foi o caso também do Brasil em que o Estado Imperial fundou o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1838, com o propósito de reunir intelectuais que pudessem colaborar na construção da identidade brasileira por meio da história.

Nesse sentido, História e História Política eram tidas como sinônimas. Tratava-se de uma história narrativa que se caracterizava por contar os eventos históricos de forma cronológica e descritiva, semelhante a um conto ou narrativa. Essa forma de escrita histórica tinha como foco principal os grandes acontecimentos e personagens históricos, destacando-se por sua ênfase em fatos de curta duração, como batalhas, tratados e revoluções, em oposição a processos históricos mais longos e complexos.

Havia uma forte centralidade no Estado-nação, sendo que a narrativa frequentemente se desenvolvia em torno do crescimento e das ações do Estado. Os personagens de destaque nessa abordagem eram geralmente figuras consideradas importantes, como estadistas, líderes militares e figuras eclesiásticas, que eram apresentados como os principais agentes da história, responsáveis por moldar os destinos das nações e dos povos. Ademais era geralmente descritiva e linear, buscando apresentar uma visão coesa e contínua da história, muitas vezes seguindo uma estrutura narrativa com um começo, meio e fim claramente definidos.

Após a criação da Escola dos Annales em 1929 até 1970, essa História começou a ser questionada e passou a ser gradualmente substituída por abordagens historiográficas mais amplas e interdisciplinares. Essa Escola, fundada por Marc Bloch e Lucien Febvre, promoveu uma nova maneira de fazer história, enfatizando a importância da interdisciplinaridade, da análise de longa duração e da consideração dos fenômenos sociais, econômicos, culturais e ambientais. Com o tempo, a História Política foi considerada limitada, sendo taxada como tradicionalista, por sua ênfase excessiva em eventos políticos e militares, e por sua tendência a retratar a história como uma série linear de acontecimentos conduzidos por indivíduos proeminentes.

Essa mudança de paradigma levou ao desenvolvimento de novas abordagens historiográficas, como a história social, a história cultural, a história econômica e a micro-história, que buscavam ampliar o escopo da disciplina histórica e explorar novas formas de analisar o passado. Essas novas abordagens valorizavam a análise das experiências cotidianas, das práticas culturais e das estruturas sociais, contribuindo para uma visão mais completa e rica da história.

Após 1970, surgiu a chamada "Nova História Política", que representou uma mudança significativa na abordagem da história política tradicional. A Nova História Política não negou a importância dos eventos políticos e dos líderes políticos, mas ampliou o escopo da investigação política para incluir uma gama mais ampla de fenômenos políticos e sociais. Essa abordagem buscava entender a política não apenas como o domínio dos líderes e instituições formais, mas também como uma arena na qual múltiplos atores sociais interagem para negociar significados, interesses e poder. Além disso, a Nova História Política estava interessada em questões de linguagem, simbolismo, cultura política e representação política, buscando compreender como esses aspectos influenciavam as práticas políticas.

Um dos principais pontos da Nova História Política foi a ênfase na análise do poder em suas diversas manifestações e dimensões, indo além do poder formal dos governantes para incluir formas de poder simbólico, cultural e social. Essa abordagem também valorizava a análise das ideologias políticas, das práticas discursivas e das representações políticas, buscando entender como esses elementos influenciavam as relações de poder na sociedade.

Ela estava intrinsecamente ligada ao movimento sindical, pois expandiu a compreensão da política além das instituições formais, abrangendo as relações sociais mais amplas nas quais os sindicatos desempenhavam um papel crucial. Ao invés de ver os sindicatos apenas como entidades de luta por melhores condições de trabalho, a Nova História Política os via como

agentes ativos na construção de identidades coletivas, na negociação de significados políticos e na resistência às estruturas de poder estabelecidas. Essa abordagem examina o movimento sindical não apenas em termos de sua organização interna e atividades laborais, mas também em relação a sua interação com outros atores políticos, como partidos, movimentos sociais e o Estado. Isso incluía a análise das estratégias de mobilização, das formas de articulação política e das relações de poder dentro e fora do movimento sindical.

Além disso, foi visto como a vertente da História do Tempo Presente se encaixa nesse processo. A relação está no foco em eventos e processos recentes, buscando compreender a política e a sociedade contemporâneas. Enquanto a Nova História Política amplia o escopo da política para incluir uma variedade de atores e práticas, a História do Tempo Presente se concentra na análise de eventos e processos imediatos. Assim ela utiliza conceitos e abordagens da Nova História Política para analisar, por exemplo, a atuação do SISPUMUR, como sua resposta às políticas econômicas neoliberais e locais ou sua participação em movimentos sociais recentes. Ambas as abordagens compartilham a preocupação em entender a política e a sociedade em suas múltiplas dimensões, incluindo o papel dos sindicatos como agentes de mudança política e social.

Por fim, foi abordado as origens do sindicalismo no mundo até se desenvolver no Brasil. O movimento sindical teve origem nas primeiras organizações de trabalhadores durante a Revolução Industrial na Europa, no século XIX. Estas organizações buscavam melhorar as condições de trabalho e os direitos dos trabalhadores, que enfrentavam jornadas exaustivas, salários baixos e condições de trabalho perigosas. Com o tempo, os sindicatos evoluíram para se tornarem importantes atores políticos e sociais

No Brasil, o sindicalismo começou a se organizar de forma mais estruturada no final do século XIX, com a criação das primeiras associações de trabalhadores. No entanto, foi a partir da década de 1910, com a influência do anarquismo e do movimento operário internacional, que o sindicalismo no Brasil começou a se fortalecer. Ao longo do século XX, o sindicalismo brasileiro se consolidou como uma das principais forças de resistência e organização dos trabalhadores tendo várias conquistas ainda no Regime Militar e ainda mais com a Constituição de 1988, como, por exemplo, o direito de sindicalização do servidor público civil.

Já o capítulo 2, intitulado de “Neoliberalismo e suas consequências para o serviço público” buscou aprofundar em como determinadas medidas político-econômicas interferem na classe trabalhadora país, e em como essas medidas influenciaram ou interferiram na criação do SISPUMUR. Para explicar melhor o contexto em cada esfera, o capítulo passou por um

critério de subdivisão que envolvia diferentes áreas, o contexto: internacional, nacional, estadual e municipal.

No momento do surgimento do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Guanambi e Região houve grandes mudanças globais. A queda do Muro de Berlim em 1989 e o término da Guerra Fria transformaram o cenário geopolítico, sinalizando o colapso do bloco soviético e o avanço da globalização. Esses eventos impactaram diretamente a economia mundial, com o neoliberalismo emergindo como a ideologia dominante, promovendo políticas de livre mercado e privatizações.

Com o desmoronamento do bloco comunista e a consolidação do capitalismo como sistema hegemônico, houve uma percepção de vitória ideológica entre os defensores do liberalismo econômico. Nesse momento os Estados Unidos da América reforçaram ainda mais seu papel de líder mundial e, graças à sua influência, propagaram seus modelos políticos e econômicos para outras nações consideradas cruciais para seus interesses, especialmente na América Latina.

O neoliberalismo impactou significativamente a classe trabalhadora de várias maneiras. Com a implementação de políticas de livre mercado, houve uma redução da intervenção estatal na economia, o que resultou em cortes nos gastos públicos, privatizações e desregulamentação. Esses fatores levaram a uma flexibilização das leis trabalhistas, frequentemente resultando em menor segurança no emprego, aumento do trabalho informal e enfraquecimento dos direitos dos trabalhadores. O enfraquecimento dos sindicatos foi outro impacto significativo do neoliberalismo na classe trabalhadora. Com políticas que desencorajavam a organização sindical e a negociação coletiva, os trabalhadores perderam um importante instrumento de defesa de seus direitos e interesses, tornando-se mais vulneráveis às pressões do mercado.

Essas políticas prejudicaram os servidores públicos civis, especialmente por meio de medidas de contenção de gastos e reformas administrativas que visavam diminuir o tamanho e os custos do setor público. Isso frequentemente resultava no congelamento de salários, cortes de benefícios, aumento da carga de trabalho, precarização das condições de trabalho e redução de investimentos em áreas essenciais como saúde, educação e segurança pública.

No Brasil, os servidores públicos civis foram significativamente afetados pelas políticas neoliberais, especialmente a partir da década de 1990. Essas políticas envolveram uma série de reformas e medidas de contenção de gastos, com o objetivo de reduzir o tamanho e os custos do setor público. O governo implementou reformas administrativas que buscavam tornar o setor público mais eficiente e menos oneroso, incluindo a privatização de empresas estatais, a

terceirização de serviços públicos e a reestruturação de órgãos governamentais. Essas reformas frequentemente resultaram na redução do número de funcionários e na precarização das condições de trabalho. Além disso, houve congelamento de salários, cortes de benefícios e aumento da carga de trabalho para os servidores que permaneceram. A redução de investimentos em áreas essenciais como saúde, educação e segurança pública também impactou negativamente as condições de trabalho e a qualidade dos serviços oferecidos à população. Essas medidas de austeridade fiscal e racionalização administrativa tiveram um impacto profundo na vida dos servidores públicos e na eficiência do setor público como um todo.

No contexto estadual da Bahia foi visto uma realidade um pouco diversa dos acontecimentos de âmbito nacional e internacional. O estado não deixou de ser interferido pelo neoliberalismo, contudo, a realidade do coronelismo arraigado na cultura estadual, mesmo que não nos moldes tradicionais, ainda era muito presente na região. Foram analisados os governos de Antônio Carlos Magalhães com o fenômeno do “carlismo”, de Roberto Santos, João Durval Carneiro, Waldir Pires e Nilo Augusto Moraes Coelho, que, por sua vez, era considerado um político de aspecto coronelista.

Estabelecer um sindicato em um período em que o governador estava ligado a aspectos advindos do coronelismo, e em um contexto nacional de avanço do neoliberalismo, sem dúvida, representou desafios significativos. As práticas políticas clientelistas e patrimonialistas, criavam obstáculos para a organização sindical. Líderes sindicais enfrentavam resistência ou até perseguição por parte do governo estadual, que tradicionalmente buscava preservar seu controle sobre as estruturas de poder locais.

Por fim, trabalhou-se com o contexto municipal da cidade de Guanambi-BA que também se assemelhava ao contexto estadual mas ainda mais acentuado o controle do Estado por parte do poder local. O maior desafio enfrentado na fundação do SISPUMUR residia no forte coronelismo presente na política local. Embora os líderes políticos da região, incluindo os vereadores e o então prefeito José Neves Teixeira, não fossem literalmente coronéis, suas atitudes refletiam características similares. Eles exerciam um poder quase absoluto, adotando uma mentalidade autoritária e centralizadora que dificultava significativamente tanto a criação quanto o funcionamento do sindicato.

O capítulo 3 intitulado de “Fundação do SISPUMUR” analisou com detalhes como ocorreu todo o processo de criação do sindicato desde os movimentos anteriores, tudo isso ligado justamente a realidade política/social/econômica local do município. Antes da Constituição Cidadã de 1988, a ausência de um sindicato para os servidores públicos em

Guanambi resultou em várias consequências negativas. Isso foi observado nos relatos dos trabalhadores da época, os quais falaram das condições de trabalho precárias, como salários baixos e sem periodicidade definida, contratos feitos de maneira informal, longas jornadas de trabalho, trato desumanizado, e falta de benefícios adequados.

Além disso, a ausência de uma organização sindical os deixava vulneráveis a abusos e arbitrariedades por parte da gestão pública, que agia de forma injusta e descontrolada, frequentemente retirando benefícios e conquistas trabalhistas. Os trabalhadores da prefeitura, principalmente os locados na Secretaria de Infraestrutura, frequentemente eram tratados pelos gestores como se fossem sua propriedade. Isso fazia com que eles fossem obrigados a desempenhar funções que muitas vezes não tinham relação com seus cargos oficiais. Além das tarefas no serviço público, esses trabalhadores também eram forçados a realizar trabalhos particulares para os gestores. Em outras palavras, o serviço público e o serviço particular se misturavam durante esse período, sem uma clara distinção entre as responsabilidades oficiais dos trabalhadores e as tarefas pessoais exigidas pelos gestores.

Uma das descobertas dessa pesquisa foi que a Comissão Pastoral da Terra, por influência das Comunidades Eclesiais de Base e da Teologia da Libertação, exerceu grande papel na criação do SISPUMUR. Personagens como Braz e Marinalva Nunes Fernandes tiveram grande destaque em momento que exerceram a liderança organizando reuniões e discussões com os trabalhadores, ajudando-os a desenvolver uma consciência de classe. Através dessas atividades, os servidores passaram a reconhecer que estavam sendo explorados e que tinham um papel importante a desempenhar na melhoria de suas condições.

De início houve grande resistência tanto do poder Executivo quanto do Legislativo, como por exemplo nas demissões em massa e na tentativa de criar outro sindicato no intuito de desmobilizar a luta dos trabalhadores. Entretanto, esses já estavam atentos e com uma consciência de classe formada por causa das reuniões que vinham frequentando, conseguindo, assim, superar as dificuldades nessa tentativa fracassada do poder público em fundar um sindicato pelego.

Dessa forma, nota-se o grande impacto positivo que a criação do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Guanambi e Região teve para essa classe trabalhadora. Cabe ressaltar que por mais que o contexto neoliberal dificultasse a criação dessa entidade, a realidade pela qual passava os servidores públicos de Guanambi dentro do contexto local em que se tinham presentes práticas coronelistas e clientelistas por parte dos gestores, somadas as

conquistas da nova Constituição proporcionaram um ambiente em que a criação do SISPUMUR era extremamente necessária.

Conclui-se que, a partir de toda a análise feita, esse sindicato foi uma consequência da criação da consciência de classe a partir das reuniões que ocorriam no fundo da Igreja Católica do Monte Pascoal. Com essa formação e diante a exploração que os trabalhadores passavam era inegável que essa entidade sindical não surgisse em algum momento, ou seja, a mobilização desses servidores, os quais contaram com importantes nomes que atuaram na liderança os que foram trazidos ao longo da pesquisa, foram o motor base para a criação do SISPUMUR.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS – ANA. **Portal de Metadados Geoespaciais**. Base Hidrográfica Ottocodificada da Bacia do Rio São Francisco, 2010. Disponível em: <<https://metadados.ana.gov.br/geonetwork/srv/pt/main.home>>. Acesso em: 27 abr. 2024.

ALGRANATI, C. **Lutas Sociais e “neoliberalismo de guerra” na América Latina**. LEHER, Roberto e SETÚBAL, Mariana (organizadores). Pensamento Crítico e Movimentos Sociais: diálogos para uma nova práxis. São Paulo: Cortez, 2005.

ALMEIDA, L. **João Durval: um construtor de caminhos**. Shekinah, 2015.

ANDREAS, P. Free Market Reform and Drug Market Prohibition: US Policies at Cross-Purposes in Latin America. **Third World Quarterly**, v.16, n.1, 1995.

ANTUNES, R. **O que é sindicato?** 18ª edição revisada e atualizada, Editora Brasiliense, São Paulo- SP, 2003.

MATTOS, M. B. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

ARISTÓTELES. **Política**. São Paulo, SP: Martin Claret, 2007.

BANDEIRA, L. A. M. As políticas neoliberais e a crise na América do Sul. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 45, n. 2, 2002.

BETTO, F. **O que é comunidade Eclesial de Base**. São Paulo: Abril Cultural, Brasiliense, 1985. Boff, C.M. Teologia da Libertação e volta ao fundamento. Curitiba, 2007.

BLOCH, M. **A Estranha Derrota**. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.

BOFF, L. **Eclesiogênese: a igreja que nasce da fé do povo**. E a igreja se fez povo. 3ª edição. Petrópolis: Vozes, 1991.

BOITO JR, A. O sindicalismo de Estado no Brasil; De volta para o novo: a trajetória política do sindicalismo brasileiro. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo: Fundação Seade, nº 3, p. 23, 1994.

_____. **Sindicalismo e Estado no Brasil**. In: XVII Congresso Internacional da Latin American Studies Association, Ed. IFCH, Campinas, 2006.

BORGES, A. **Origem e papel dos sindicatos**. In: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG. I Módulo do Curso Centralizado de Formação Política - ENFOC, Brasília, p. 3, 2006.

BORGES, V. **Tenentismo e revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2024]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 20 mai. 2024.

_____. **Decreto nº 19.433, de 26 de novembro de 1930**. Cria o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 27 nov. 1930.

_____. **Decreto nº 19.770, de 19 de março de 1931**. Dispõe sobre a organização e atribuições do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 20 mar. 1931.

_____. **Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888**. Declara extinta a escravidão no Brasil. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 14 mai. 1888.

_____. **Lei nº 7.783, de 28 de junho de 1989**. Dispõe sobre o exercício do direito de greve, define as atividades essenciais, e regula o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7783.htm>. Acesso em: 25 mai. 2024.

BRESSER-PEREIRA, L. C.. **Um outro capitalismo**. Folha de São Paulo, São Paulo, 2005.

BURKE, P. **A Revolução Francesa da historiografia**: a Escola dos Annales 1929-1989; tradução Nilo Odália. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, p. 23, 1991.

CÂMARA, H. F. Populistas e autoritários? Debates sobre usos do conceito. **Revista Direito e Práxis**, v. 12, n. 2, p. 861–884, 2021.

CAMPANA, P. O impacto do neoliberalismo no Direito do Trabalho: desregulamentação e retrocesso histórico. **Revista Brasileira de Direito do Trabalho**, São Paulo, v. 20, n. 3, 2000.

CARMO, C. A. do. Poder, Estado e Hegemonia: as interfaces entre a teoria das relações internacionais e a economia política internacional. **Oikos**, v. 12, n. 01, 2013.

CHARTIER, R. **A História Cultural entre práticas e representações**. Tradução Maria Manuela Garlhado. Lisboa: Difel, p. 17, 1990.

CHOMSKY, N. **A luta de classes**. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018.

_____. **Perspectivas Históricas sobre o Desenvolvimento da América Latina**. Disponível em: <<https://www.agenciartamainor.com.br>>. Acesso em: 27 mai. 2024.

CUT. **Portal da Central Única dos Trabalhadores**. Disponível em: <<https://www.cut.org.br/>>. Acesso em: 25 mai. 2024.

ELÍBIO JR, A. M. A História do Tempo Presente: reflexões sobre um campo historiográfico. **Cadernos do Tempo Presente**, v. 12, n. 01, p. 13-27, 2021. Disponível em: <[https://periodicos.ufs.br/tempo/article /view/15714](https://periodicos.ufs.br/tempo/article/view/15714)>. Acesso em: 24 mai. 2024.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. In: AGUENA, Paulo. O marxismo e os Sindicatos. São Paulo: Sundermman, p. 55, 2008.

_____. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**, tradução B. A. Schumann; supervisão, apresentação e notas José Paulo Netto. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico**. 2º Edição. São Paulo: Edipro, 2017.

FALCON, F. **História e poder**. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FERNANDO, A. da C. **Globalização, religião e mercado de bens simbólicos: manifestações carismáticas na cidade de Manaus**. São Paulo: Todas as Musas, p. 28, 2014.

FRIEDMAN, M. **Capitalismo e Liberdade**. Chicago: University of Chicago Press, 1962.

HABERT, N. **A década de 70**. São Paulo: Ática, p. 13-14, 1992.

HARVEY, D. **O Neoliberalismo: História e Implicações**. São Paulo: Edições Loyola, p. 2, 2008.

HAYEK, F. **O Caminho da Servidão**. 2. ed. São Paulo: Instituto Liberal, 1994.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Carta Topográfica 1: 100.000**, 1974. Disponível em: <<https://portaldemapas.ibge.gov.br/portal.php#mapa17275>>. Acesso em: 27 abr. 2024.

_____. **Cidades**. Guanambi.2019c. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/guanambi/panorama>>. Acesso em: 25 abr. 2024.

_____. **Divisão Regional do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas**. Vol. 1 Rio de Janeiro – RJ: IBGE, 1990. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv2269_1.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2024.

_____. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 20, p. 244-248, 1958. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_20.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2024.

IVO, I. P. **Mandonismo e contextos históricos**. ANPUH – XXII Simpósio Nacional de História, João Pessoa, p. 1, 2003.

JONAS, A; ALMEIDA, G. W. **Oligarquia, mídia e dominação política na Bahia**. Organizações & sociedade (O&S), Salvador, v. 58, 2004.

JORGE, K. M. **Direito Sindical**: Portaria nº 326, de 2013 e Portaria nº 186, de 2008. JusBrasil, 2015. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/direito-sindical/206812409>>. Acesso em: 20 mai. 2024.

JULLIARD, J. **A política**. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Org.). História: novas abordagens. 4. ed. Trad. Henrique Mesquita. Rio de Janeiro: F. Alves, p. 180-181, 1995.

KECK, M. E. **A lógica da diferença**: o partido dos trabalhadores na construção da democracia brasileira. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, p. 232-269, 2010.

LE GOFF, J. **La nouvelle histoire**. Paris: CEPL, 1978.

MARX, K; ENGELS, F. **Manifesto Comunista**. Teses de Abril. 1º Edição. São Paulo: Boitempo, 2017.

MASCARO, A. L; NETTO, J. P. **Curso Livre Marx-Engels**: a criação destruidora. Org. José Paulo Neto. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2015.

MOLINA, H. **Sindicato**: movimento com sinais trocados. Entre a sua subversão e a adaptação ao novo sócio-metabolismo do modo de produção capitalista. 2012. Tese de Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana – Programa de Pós-Graduação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

MULLER, H. I. **História do Tempo Presente**: algumas reflexões. In: PÔRTO JR, G. (Org.) História do tempo presente. Bauru: Edusc, p. 17, 2007.

O GLOBO. **Após desastre aéreo matar Clériston, João Durval é eleito governador da Bahia em 82**. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/apos-desastre-aereo-matar-cleriston-joao-durval-eleito-governador-da-bahia-em-82-13603-459>>. Acesso em: 02 maio 2024.

OLIVEIRA, T. F. de; MARTINEZ, E. D. M. Políticas Neoliberais na América Latina: Uma Análise Comparativa dos Casos no Brasil e Chile. **Revista de Estudos Internacionais**, v. 7, p. 71, 2016.

PEREIRA, S. R. N. **Guanambi**: Centralidade, rede urbana e dinâmica regional no centro-sul baiano. Dissertação de Pós-Graduação. Instituto de Geociências. Universidade Federal da Bahia- UFBA. Salvador, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/20146>>. Acesso em: 25 abr. 2024.

PIRES, R. R. C. **Implementando Desigualdades**: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas. Brasília: IPEA, 2019.

POUBEL, M. **Clientelismo**. InfoEscola: Navegando e aprendendo. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/politica/clientelismo/>>. Acesso em: 25 abr. 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUANAMBI. **Livro de Registro de Servidores**. Guanambi: Prefeitura Municipal de Guanambi, 1995.

- REIS, J. C. **Os Annales: A Renovação Teórico-Metodológica e utópica da história pela reconstrução do tempo histórico.** In: Escola dos Annales: a inovação em História. São Paulo: Paz e Terra, p. 24-25, 2000.
- REMOND, R. **O século XX: de 1914 aos nossos dias.** 12ª ed. São Paulo: Cultrix, 2005.
- _____. **Por uma história política.** Trad. Dora Rocha. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.
- ROSANVALLON, P. Por uma História Conceitual do Político. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 15, nº 30, p.12, 1995.
- ROSSI, W. **Para entender os sindicatos no Brasil: uma visão classista.** São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- SANTOS, M. A supremacia dos EUA no pós-guerra fria. Perspectivas: **Revista de Ciências Sociais**, v. 29, p. 51, 2006.
- SANTOS, M. R. M. dos. **Políticas culturais na Bahia: Gestões Waldir Pires e Nilo Coelho 1987-1991.** CULT - Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, Salvador, 2006.
- SANTOS, W. E. dos. **A geopolítica da Guerra-Fria: a relação entre EUA e Turquia na estratégia da contenção.** In: IV Seminário Nacional de Sociologia e Política: Pluralidade e Garantia dos Direitos Humanos no Século XXI, Curitiba, 2013.
- SILVA, F. P. M. **Desenvolvimento territorial: a experiência do Território do Sisal na Bahia.** 2012. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.
- SILVEIRA, R. de C. **Neoliberalismo: conceito e influências no Brasil – de Sarney a FHC.** Dissertação de Mestrado em Ciência Política - Programa de Pós- Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciência Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.
- SISPUMUR. **Documentário 30 anos de SISPUMUR parte 01.** Documentário. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=CmsVbgHcOYY&t=4s>>. Acesso em: 20 mai. 2024.
- SISPUMUR. **Livro de Atas para Assembleias do SISPUMUR de 1990.** Arquivo particular do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Guanambi e Região (SISPUMUR), Guanambi, Bahia, 1990.
- SOUZA, A. F. de. **O fim do primeiro governo estadual de Antônio Carlos Magalhães e o dia seguinte.** ANPUH- 30º Simpósio Nacional de História, Recife, p. 2, 2019.
- SOUZA, E. J. C. **Políticas territoriais do estado da Bahia: regionalização e planejamento.** 2008. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.
- TEIXEIRA, M. S. da S.; TEIXEIRA, J. B. **Guanambi: histórias, memórias e retratos de várias épocas.** Guanambi – BA: Edição dos autores, 2019.

_____. **Guanambi:** da cultura, da educação e da vida política. Guanambi – BA: Edição dos autores, 2018.

WILLIAMSON, J. **What Washington means by policy reform.** Washington, D.C., 1990. Disponível em: <<https://www.piie.com/commentary/speeches-papers/what-washington-means-policy-reform>>. Acesso em: 25 mai. 2024.

ANEXO A- ARQUIVO DO SISPUMUR

Figura 5. Enchadeiros



Fonte: Arquivo do SISPUMUR

Figura 6. Protesto em frente à Prefeitura de Guanambi



Fonte: Arquivo do SISPUMUR

Figura 7. Varredoiras



Fonte: Arquivo do SISPUMUR

Figura 8. Protesto para reintegração dos demitidos



Fonte: Arquivo do SISPUMUR

Figura 9. Construção da sede



Fonte: Arquivo do SISPUMUR